A DUPLA REALIDADE DA ABERTURA: EXPERIÊNCIAS RURAIS DA DITADURA E DEMOCRACIA[1]

Jacob Blanc[2]

Em documentário pouco conhecido de 1983, *Os desapropriados*, Marcelo Barth descreve o sentimento de desespero que levou ele e seus companheiros agricultores a intensificarem sua luta contra Itaipu em julho de 1980. A decisão de montar um acampamento em frente ao escritório regional da Itaipu Binacional, em Santa Helena, marcou o início oficial do Movimento Justiça e Terra (MJT). Em entrevista com o cineasta Frederico Füllgraf, Barth observou:

> O Movimento Justiça e Terra foi praticamente o desespero, foi um grito de desespero do povo diante de tanta angústia de ter que sair e não poder, e ter que receber [indenização] para poder sair, e ter que sair. Então alguns de nós gritamos "vamos ocupar esses escritórios para ver se nos pagam duma vez"... Porque nós vimos que não adiantava mais, simplesmente era reclamar, fazer protestos, fazer caminhadas, aqui não adiantava mais. Tinha que fazer uma coisa mais concreta, tinha que ficar ali mostrando o desespero porque com outro jeito nunca, nunca resolveríamos esse problema, esse negócio de ir a ministérios, a deputados, a governador, a Brasília, não adiantava, precisa se unir e mostrar na rua que a gente quer e precisa, senão, não dá.[3]

O acampamento em Santa Helena durou quinze dias e serviu como um teste da determinação dos agricultores e do grau de dissidência que a ditadura permitiria. Esse protesto inicial fez com que dezenas de novos membros aderissem ao MJT e expôs suas demandas a uma audiência nacional. Oito meses após Santa Helena, o MJT realizou um segundo acampamento, diretamente em frente ao local de obras da hidrelétrica em Foz do Iguaçu — e é neste ponto que o drama crescente de Itaipu começou a ocupar manchetes nos maiores jornais do Brasil. A atenção redobrada ajudou a realçar em nível nacional a vida dos agricultores do oeste do Paraná em debates sobre terra, desenvolvimento e democracia. Este capítulo traça a evolução e a dinâmica interna do MJT, usando o período entre o acampamento inicial de 1980 e a inundação

[1] Esse texto foi publicado originalmente como Jacob Blanc, **Antes de dilúvio: Itaipu e a história da ditadura no campo**, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2021, p. 115-164.
[2] McGill University. Contato: Jacob.blanc@mcgill.ca
[3] Conferir Barth, em Fülgraf, **Os desapropriados**.

do reservatório de Itaipu em 1982 para esclarecer a história imbricada das lutas agrárias e da oposição política em um momento crítico na trajetória do Brasil ao deixar a ditadura para trás.

Ao longo dos dois acampamentos de protesto, o MJT forçou Itaipu a aumentar substancialmente os preços da terra, ganhou destaque nacional e recebeu solidariedade de sindicatos, políticos e grupos cívicos em todo o país. Quando Itaipu enviou centenas de soldados fortemente armados para bloquear o acampamento dos agricultores, jornalistas e figuras políticas questionaram o compromisso da ditadura com sua própria política de abertura — a suposta transição para a democracia. Com a atenção global lançada na construção da usina, os manifestantes evocaram o simbolismo da todo-poderosa Itaipu reprimindo os humildes agricultores do Paraná, imagem popularizada no *slogan*, "Os fuzis de Itaipu são o símbolo da abertura?".[4]

No entanto, o impasse dos agricultores foi mais que uma simples manifestação local de um despertar nacional. Ele ocorreu em uma região distante geográfica e politicamente dos principais centros urbanos. Nas entrevistas daquela época e de agora, muitos participantes do MJT usaram os termos *Itaipu* e *governo* indistintamente, indicando que Itaipu se tornara um substituto da ditadura em si. Além disso, a proximidade da região com dois países vizinhos também governados por regimes militares (Argentina e Paraguai) produziu um fluxo transfronteiriço constante de exilados e de forças da oposição. Inúmeros agricultores se referiram à luta contra Itaipu como uma espécie de sala de aula política em que as comunidades rurais aprenderam a defender seus direitos à terra e seus direitos como cidadãos. Desse modo, em vez de servir como um ambiente passivo sob o qual o Estado brasileiro poderia impor seus grandes esquemas de desenvolvimento, as fronteiras do oeste do Paraná incubavam uma forma distinta de consciência política.

A luta dos agricultores é emblemática daquilo que conceituo como a dupla realidade da abertura. Meu argumento é que todos os brasileiros, independentemente de sua origem e formação, viviam em um mundo de dupla abertura: a oficial, que eles entendiam ser dominante

[4] Por exemplo, o título "Os fuzis de Itaipu são o símbolo da abertura?", *Hoje*, 28 de março de 1981; e um discurso do deputado Paulo Marques, dizendo "Metralhadoras, baionetas e fuzis apontados para os responsáveis por grande parte da produção e da riqueza deste país são o símbolo da abertura". 19 de março de 1981, **Diário do Congresso Nacional**, Seção 1, 778.

em outros lugares, e a que eles vivenciavam como sua própria realidade. Ao nível da consciência e da sua relação com a organização de movimentos sociais, as pessoas comparavam constantemente sua própria versão vivida da abertura com aquilo que elas pensavam — ou eram levadas a acreditar — que estava acontecendo em outras partes do país. Essa dupla realidade da abertura significava que, embora o processo de democratização tenha lançado uma ampla rede retórica de direitos políticos, os benefícios tangíveis da democracia permaneceram limitados a um pequeno setor da sociedade. Uma vez que brasileiros de diferentes *status* (segundo a sua classe, etnia, sexo e região) vivenciaram a ditadura de maneiras particulares, a transição para a democracia envolvia uma coletânea de memórias e visões para o futuro bastante diversificada.

Apesar da aparência de uma abertura progressiva e controlada — um objetivo compartilhado por elites militares e civis —, a passagem para o governo democrático permaneceu altamente problemática. É certo que as limitações da abertura se aplicam às não-elites *urbanas* da mesma forma que às não-elites rurais. O estudo de Bryan McCann sobre os movimentos sociais das favelas no Rio de Janeiro, por exemplo, traça as desigualdades legais, raciais e geográficas que os pobres urbanos enfrentavam no final dos anos 70 e início dos anos 80.[5] No entanto, uma perspectiva rural como a de Itaipu gera um contraste ainda maior entre o progresso normativo da abertura e as realidades que ainda assim persistiam. Como tal, uma visão do campo oferece um ponto de partida bastante revelador para se entender a experiência popular da democratização. Dinamizados pela presença de Itaipu e pela ausência de uma abertura significativa de cima, os membros do MJT mobilizaram-se em torno de suas próprias noções de direitos políticos e justiça. O abismo entre as reformas eleitorais e políticas da abertura e as necessidades a longo prazo das comunidades rurais ajudam a explicar por que os grupos de Itaipu lutaram por demandas que iam além dos desafios imediatos impostos pela usina ou pelo cronograma oficial do regime militar.

As realidades antagônicas da abertura faziam com que, mesmo dentro de um movimento popular como o MJT, apenas certos grupos chegaram perto de alcançar maior legitimidade. À medida que a inundação de 1982 se aproximava, uma contradição se estabeleceu entre as reivindicações igualitárias do MJT e a hierarquia existente na prática. A dinâmica interna do

[5] McCann, **Hard Times in the Marvelous** *City*.

movimento dos agricultores evidencia uma das principais contribuições teóricas deste livro: a dialética entre terra e legitimidade. Embora habitantes do campo, de várias origens, participassem do MJT, apenas os mais brancos do sexo masculino e com título conseguiram traduzir sua luta por terras em Itaipu em alguma solução aparente a longo prazo. Esta dinâmica também foi condicionada por construções étnicas e de gênero, mas meu argumento é que a experiência de deslocamento em Itaipu foi definida principalmente pelo relacionamento do indivíduo com a terra.

Aqueles que detinham título de propriedade de suas terras a serem inundadas tinham muito mais probabilidade de terem suas demandas atendidas pelas autoridades — e de serem vistos como participantes legítimos da ressurgente cultura de democracia do Brasil. Os que não possuíam a escritura da sua terra, ao contrário, viram-se cada vez mais excluídos do MJT e, por extensão, da oportunidade que se abriu para talvez superar um *status* de invisibilidade no campo.[6] A incapacidade do MJT de advogar igualmente por todas as comunidades deslocadas mostra que as realidades conflitantes da abertura não eram simplesmente resultado de se pertencer à elite ou não. Em vez disso, quaisquer questões mais enraizadas revelavam o feitio — bem como as limitações — do que seria a democratização. No caso rural de Itaipu, o fator mais significativo foi aquele que persistia muito antes da tomada do poder pela ditadura em 1964: a terra e seu impacto na noção de legitimidade de uma pessoa.

Neste capítulo, analiso o progresso do MJT e até que ponto seu foco na desapropriação financeira deixou de lado aqueles que possuíam uma interação diferente com a terra. Nas fronteiras do Paraná isso diz respeito, principalmente, à marginalização dos índios Avá-Guarani e dos camponeses sem terra da região, cujas histórias são o foco dos capítulos 4 e 7, respectivamente. Por enquanto, uma visão geral de cada grupo servirá como ponto de partida para se entender as complexidades do MJT. Através das atas das assembleias gerais, das entrevistas com os participantes sobreviventes e dos próprios relatórios de vigilância da ditadura é possível reconstruir o desenvolvimento de um movimento heterogêneo e muitas vezes inconsistente. Este capítulo também considera o papel dos grupos religiosos, especialmente a maneira como certos clérigos ajudaram a impedir uma crescente demanda de "terra-por-terra"

[6] Por oferecer uma perspectiva da relação entre legalidade e legitimidade, o caso de Itaipu serve como complemento rural ao estudo de Brodwyn Fischer (**A Poverty of Rights**) sobre desigualdade e informalidade no Rio de Janeiro.

que previa uma reforma agrária mais radical. Embora o MJT se apresentasse como um contraponto harmonioso às injustiças do regime militar, o movimento também exibiu traços que perpetuavam formas antigas e locais de desigualdade.

Este capítulo termina com uma análise de dois eventos seminais que ocorreram no final de 1982: a inundação da bacia de Itaipu e as primeiras eleições diretas do Brasil ainda sob a ditadura. Ao longo de duas semanas, a partir de 13 de outubro, uma paisagem de exuberantes terras agrícolas que sustentavam milhares de famílias desapareceu sob 29 bilhões de metros cúbicos de água. O reservatório da barragem tornou-se um legado duradouro do regime militar, um marco físico impressionante que perdurou até o Brasil democrático. A permanência da inundação contrastava com as eleições nacionais que ocorreriam no mês seguinte. Em 15 de novembro, todos os partidos legalmente reconhecidos apresentaram candidatos para todos os cargos, exceto para presidência. Quase cinquenta milhões de brasileiros foram às urnas, e a eleição foi comemorada como um triunfo da abertura. A situação difícil dos agricultores deslocados, no entanto, e o retorno estancado dos direitos políticos das pessoas marginalizadas — tanto rurais quanto urbanas — mostravam que os ganhos oficiais da abertura não conseguiam apagar completamente as realidades vigentes da vida sob o regime autoritário.

O Acampamento de Santa Helena: "Um laboratório de consciência"

Como foi mostrado no final do Capítulo 2, os agricultores haviam decidido confrontar Itaipu diretamente ao longo de 1979 e nos primeiros meses de 1980. Depois de ponderar outras opções, o movimento dos agricultores planejou um protesto, em julho de 1980, na frente do escritório regional de Itaipu em Santa Helena, uma cidade relativamente pequena, mas com localização central. Na sexta-feira 11 de julho — três dias antes do início do acampamento —, os líderes locais distribuíram cautelosamente a informação entre as comunidades vizinhas. Os planos para o acampamento refletiam a forte influência dos líderes religiosos do movimento: nenhum álcool ou armas seriam permitidos e, em caso de provocação externa, o protesto continuaria sendo não violento.[7] No fim de semana, a notícia do acampamento correu de boca

[7] Arquivo da CPT, Londrina, Paraná (doravante CPT-Londrina), Relatório Geral, Movimento Reivindicatório "Justiça e Terra", Santa Helena, 32 de julho de 1980, 1.

em boca, já que os organizadores queriam evitar alarmar Itaipu e a polícia. As igrejas foram extremamente eficientes, já que padres e pastores usavam seus púlpitos na missa de domingo para instigar as famílias a se reunirem no dia seguinte em Santa Helena.[8]

No início da manhã de 14 de julho, começaram a chegar agricultores de toda a região. As pessoas chegaram a Santa Helena em caminhões e a pé, trazendo comida, equipamento, utensílios domésticos para cozinha e limpeza, tendas e estandartes. As estações de rádio locais divulgaram os fatos e a notícia se espalhou rapidamente por toda a área circundante.[9] Em poucas horas, quase duzentas pessoas se reuniram diretamente em frente aos escritórios de Itaipu; o número aumentaria para quase mil à tarde. No final da manhã, a primeira assembleia geral do acampamento foi inaugurada com o hino nacional e um discurso de Barth. Falando em cima de um palco improvisado num caminhão elevado, Barth declarou, "Os agricultores estão despertando e vão fazer valer, na força de sua união, o direito à terra, o direito a uma indenização justa, quando o governo requer as suas propriedades... Mostremos que somos um povo educado, ordeiro e amante da paz e da justiça". Barth pediu o apoio de sindicatos, igrejas e autoridades civis e militares, declarando: "Políticos, está na hora de sua opção. Nós queremos saber quem realmente está com o povo e quem está contra o povo".[10]

Ao convocar políticos e oferecer a eles a opção de ingressar no movimento, o MJT posicionou-se dentro do cenário político cada vez mais polarizado do país. Apoiar os agricultores significava apoiar a justiça e os direitos dos cidadãos comuns. Ficar do lado de Itaipu, ao contrário, era como um aval implícito ao *status quo* autoritário. Após o discurso de Barth, os agricultores leram uma carta aberta denunciando o governo e Itaipu por submeterem as famílias rurais a "cinco anos de pressão psicológica".[11] A carta também descrevia as seis demandas iniciais do acampamento, incluindo um aumento de 100% na compensação por desapropriações de terras, reajustes de preços adicionais a cada noventa dias e distribuição de novas terras nos arredores, no Paraná. O pastor Werner Fuchs, um seleto grupo de agricultores

[8] Marcelo Barth, em entrevista com Catiane Matiello, reproduzida em Matiello, "Narrativas tecnológicas", 102.
[9] Mazzarollo, **A taipa da injustiça**, 84-86.
[10] Reproduzido em Germani, **Expropriados terra e água**, 216.
[11] CPT-Londrina, "Ao Povo, ao governo, e à Itaipu", incluído no Relatório Geral, Movimento Reivindicatório "Justiça e Terra", Santa Helena, 31 de julho de 1980, 8.

e dois deputados estaduais entraram no prédio de Itaipu para entregar a lista completa de demandas a Paulo da Cunha, Diretor Jurídico da Binacional.

Itaipu ouviu os apelos dos agricultores por quase quatro horas. Com relação à principal demanda, de aumento de 100% no preço, Cunha teria supostamente dito que Itaipu já havia alocado 6% de seu orçamento total para desapropriações de terras e que, se esse número aumentasse de acordo com os desejos dos agricultores, o ônus financeiro adicional atrasaria a construção da usina.[12] Com isso, Cunha inferiu que as metas dos agricultores, se cumpridas, poderiam interromper o progresso de Itaipu e, por extensão, o do Brasil como um todo. Na batalha pela opinião pública, ambos os lados queriam mostrar sua devoção ao país. Para responder às alegações de não se importar com as necessidades energéticas do Brasil, o MJT invocou a mesma retórica patriótica usada pelos partidários de Itaipu, situando seus próprios membros, e não o governo, como os verdadeiros defensores do bem-estar do país. Isso nos revela outra face do tema controverso sobre o que significava desenvolvimento em Itaipu. Mais que uma questão sobre que lado apoiava ou se opunha à usina de Itaipu, o conflito colocava em prova a legitimidade de visões contrastantes para o progresso da nação.

Enquanto as negociações aconteciam dentro dos escritórios de Itaipu, centenas de famílias continuavam chegando lá fora. Um agricultor disse a um jornalista que, na multidão reunida, todos "estavam dispostos a derramarem até a última gota de sangue para salvaguardar o direito da terra". Em outra entrevista, um homem mais velho disse: "Olha moço, é triste lembrar a luta que tivemos para desbravar estas terras. Primeiro com os índios, depois com posseiros, mais tarde com o Incra. Eu vi meu pai perder a vida nesta região para assegurar a nós o direito de ficar nestas terras... quando a situação está tranquila a Itaipu aparece e de repente expulsa todo mundo".[13] Esse tipo de ligação com a terra reflete mais que a história pessoal de um determinado agricultor e sua família: alude aos conflitos mais profundos entre as diversas comunidades rurais da região. Ao evocar os indígenas e posseiros como inimigos anteriormente vencidos, e não como potenciais aliados, esse pequeno agricultor com terras reflete os desafios inerentes na busca de uma causa comum entre diversas populações do campo.

[12] "Queremos paz, justiça e terra", **O Paraná,** 15 de julho de 1980, 6.
[13] Citado em "Queremos paz, justiça e terra".

As deliberações duraram até o início da tarde, altura em que Cunha declarou que seu escritório precisava de mais de duas semanas para preparar uma resposta completa. Os agricultores e seus aliados informaram à multidão lá fora as negociações travadas. Transtornados com a sugestão de ter que esperar duas semanas por uma resposta, a assembleia decidiu dar a Itaipu até a tarde seguinte para ter um plano claro que atendesse às suas demandas (Figura 1).[14] Após a votação, os agricultores começaram a se preparar para passar sua primeira noite no acampamento. Segundo o pastor Fuchs, foi somente nas últimas horas daquela primeira noite que os agricultores começaram a entender completamente o escopo do que estava por vir: "Como era a promessa [da Itaipu] fazer uma resposta *pro* outro dia, aí, foi assim, foi quinze dias a promessa. Então foi ficando, praticamente foi como aprender a fazer encanamento sem ter o modelo na cabeça".[15]

Figura 1: Assembleia geral no acampamento de Santa Helena, julho de 1980

Fonte: Foto cortesia de Guiomar Germani.

Na manhã seguinte, brasileiros do oeste do Paraná e de todo o país acordaram com noticiários sobre Santa Helena. Um jornal estadual, *O Paraná*, publicou na primeira página uma

[14] CPT-Londrina, Relatório Geral, Movimento Reivindicatório "Justiça e Terra", Santa Helena, 31 de julho de 1980, 2.
[15] Werner Fuchs, entrevista com o autor, Garuva, Santa Catarina, 28 de fevereiro de 2015.

matéria com o título "Agricultores em pé de guerra", e os principais jornais nacionais, como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, também deram cobertura.[16] Estes artigos traçavam conexões entre Santa Helena e as mudanças políticas em todo o Brasil. Uma citação do deputado estadual Nelton Friedrich, por exemplo, colocou o acampamento diretamente na luta nacional pela democracia: "O que está se fazendo aqui é um atestado da injustiça social que está sendo aplicado em todo o Brasil".[17]

Enquanto aguardavam a reunião do segundo dia com Itaipu, os agricultores acampados estabeleceram o que rapidamente se tornou a rotina normal durante quinze dias em Santa Helena. Os eventos começavam às dez da manhã com um minuto de silêncio, o hino nacional e um serviço ecumênico, seguido pela primeira assembleia geral do dia. Todas as tardes, o acampamento se dividia em grupos de estudo e, no início da noite, os agricultores discutiam seus problemas durante a segunda assembleia geral.[18] Diferentes comitês supervisionavam as diretrizes do campo, finanças, divulgação na mídia, alimentação e provisões, equipamentos de som e atividades artísticas (Figuras 2 e 3). Grupos de segurança não apenas protegiam contra a agitação externa, mas também monitoravam as ações e a moral dos acampados, dando atenção especial à proibição do álcool no protesto.[19] O sistema de som do acampamento — apelidado de "Rádio Justiça" — apresentava entrevistas, discursos e uma variedade de apresentações musicais e artísticas.[20] Cerca de duas mil pessoas participaram do protesto durante o dia, com cerca de duzentas acampadas durante a noite.[21]

[16] "Agricultores em pé-de-guerra", **O Paraná**, 15 de julho de 1980, 1; "700 agricultores invadem os escritórios da Itaipu", *O Globo*, 15 de julho de 1980, 6; e "Agricultores invadem escritório", **Jornal do Brasil**, 15 de julho de 1980, 8.
[17] Citado em "Queremos paz, justiça e terra", **O Paraná**, 15 de julho de 1980, 6.
[18] "A 'Rádio Justiça e Terra' divulga diariamente as notícias", **Poeira**, nº 12, julho/agosto de 1980, 8.
[19] Silvênio Kolling, entrevista com o autor, Garuva, Santa Catarina, 28 de fevereiro de 2015.
[20] Germani, **Expropriados terra e água**, 118.
[21] "Itaipu: Inalterada a situação dos colonos", **Diário Popular**, 20 de julho de 1980, 6.

Figuras 2 e 3: Agricultores no acampamento de Santa Helena, julho de 1980.

Fonte: Foto cortesia de Guiomar Germani.

No segundo dia do acampamento, as negociações continuaram entre agricultores e representantes de Itaipu e do governo do Paraná. Claudio Pizzato, um advogado local que atuou como representante legal do MJT, descreveu o ambiente da reunião e lembrou: "Sentimos o temor, sentimos o medo dos desapropriados perante a potência, perante a grandeza da Itaipu Binacional... Imagina senhores, quatro agricultores diante de dez advogados, diante de engenheiros, diante de ministros; dessa forma poderia negociar, poderia exigir aquilo que necessitava".[22] Após quase seis horas de deliberações, a equipe de Cunha concordou em atender a quase todas as exigências. A única exceção foi o item mais importante dos agricultores: um aumento de cem por cento no preço.[23] Encorajados pelas concessões, mas ainda frustrados pela falta de vontade da Binacional em ceder ao aumento, os manifestantes decidiram naquela noite manter o acampamento até Itaipu atender a todas as suas demandas.[24]

À medida que o impasse começava a se consolidar, cada lado tomou medidas para fortalecer a sua posição. Cunha viajou a São Paulo e Rio de Janeiro para conversar com a alta administração de Itaipu.[25] O MJT, por sua vez, fez suas manobras para aumentar a pressão pública sobre a Binacional. Alguns agricultores discutiram a possibilidade de realizar uma greve

[22] Claudio Pizzato, entrevistado em Fülgraf, **Os desapropriados**.
[23] CDPH, Memorando interno de Paulo da Cunha, 16 de julho de 1980, CPT doc. nº 1762, Tombo 1828.
[24] Mazzarollo, **A taipa da injustiça**, 90.
[25] Mazzarollo**, A taipa da injustiça**, 90.

de fome — uma estratégia que não aconteceu, mas que atraiu muita atenção da mídia.[26] Ao mesmo tempo, o acampamento decidiu acrescentar novos itens à sua lista de reivindicações, principalmente que Itaipu compensasse totalmente os sem-terra pelo valor das terras em que trabalhavam.[27] Embora a defesa dos agricultores sem terra tenha se dissipado com o tempo, sua inclusão nessa lista indica que, pelo menos no início, o acampamento se esforçou por apoiar uma aliança o mais ampla possível.

O protesto em Santa Helena gerou uma manifestação maciça de solidariedade por parte de grupos políticos e cívicos. Ao quinto dia, representantes de 31 sindicatos tinham se mudado pessoalmente para o acampamento, e os chefes de 71 federações, representando mais de 350.000 trabalhadores, tinham assinado um documento de solidariedade.[28] Durante os quinze dias do acampamento, os agricultores receberam cartas de apoio de mais de duzentos grupos de todo o país e até mesmo de países vizinhos, como o Paraguai.[29] Entre eles estavam alguns dos mais destacados grupos de oposição do Brasil: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (líderes das greves do ABC), a União Nacional dos Estudantes, o Comitê Brasileiro pela Anistia, a Ordem dos Advogados e a Arquidiocese de São Paulo.[30] Uma dessas declarações, de Manaus, proclamava: "Desta longínqua Amazônia erguemos nossa voz de protesto contra mais este crime do governo ditatorial deste país contra o nosso povo indefeso e lançamos nosso total apoio à causa desse povo que clama por justiça a plenos pulmões!".[31] A carta de Manaus, ao invés de nomear especificamente Itaipu, direcionou seu apelo à justiça em relação ao governo nacional, retratando a luta pela democracia em nível nacional presente em grande parte da solidariedade dada aos agricultores.

Os políticos também expressaram seu apoio. Em discurso no Congresso, o senador paranaense Leite Chaves declarou que "todas as correntes de oposição do país... devem assumir

[26] "Expropriados pretendem iniciar greve de fome", **Folha de Londrina**, 17 de julho de 1980; e "Agricultores ameaçam greve de fome em Itaipu", **Gazeta do Povo**, 17 de julho de 1980, 40.
[27] CDPH, "Exigências de 14 de julho de 1980", MJT, 14 de julho de 1980, 40.
[28] Arquivo da FETAEP, Curitiba, "Manifesto de apoio e solidariedade dos sindicatos de trabalhadores rurais das micro-regiões 1, 2 e 3 do extremo oeste do Paraná", 18 de julho de 1980.
[29] "Itaipu: Paraguaios aderem ao movimento", **Diário do Paraná**, 20 de julho de 1980, 7.
[30] "Apoio e solidariedade", *Poeira*, nº 12, julho/agosto de 1980, 8. Embora uma grande parte do apoio veio de grupos trabalhistas e políticos, os agricultores também receberam cartas de solidariedade de grupos tão diversos quanto o Lions Club de Santa Helena e a Associação de Donas de Casa de Toledo. Germani, **Expropriados terra e água**, 125.
[31] Reproduzido em Germani, **Expropriados terra e água**, 125.

uma posição de repúdio contra as injustiças que serão praticadas pela Binacional Itaipu". O deputado estadual Nelton Friedrich relacionou explicitamente Santa Helena com o sofrimento de todos os brasileiros sob a ditadura: "[Os agricultores] estão fazendo, sim, política na acepção mais alta, mais necessária, que é procurar ajudar, debater e esclarecer junto com os interessados, a situação criada pelos chefes autoritários da binacional e pelos tecnocratas que pretendem usurpar a ação política legítima".[32] Esta questão de legitimidade política serve para explicar por que o movimento dos agricultores se tornou tão significativo. Mais que apenas um protesto contra uma empresa estatal como a Itaipu Binacional, o MJT articulou uma visão mais ampla da terra e dos direitos democráticos de base agrária.

O ano de 1980 foi tanto um momento decisivo, quanto to de incerteza na evolução da abertura. Como foi visto no Capítulo 2, as greves do ABC de 1978 a 1980 haviam desenvolvido de modo fundamental a militância trabalhista, mas uma crise econômica subsequente reduziu os ganhos salariais recentemente conquistados e retardou o impulso do movimento sindical radical.[33] E, embora os pacotes da reforma de 1979 tivessem aberto as portas para mudanças estruturais no sistema político brasileiro, os partidos da oposição e o retorno dos direitos políticos ainda enfrentavam numerosos obstáculos. Nesse momento de transição, o protesto em Itaipu ofereceu um espaço em que as comunidades rurais e seus aliados poderiam aprender a colocar em prática a dissidência.

Em Santa Helena, a ditadura monitorou de perto os agricultores e a crescente presença de figuras da oposição. Documentos recentemente abertos ao público mostram que o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Ministério da Guerra, a Polícia Federal e a Assessoria Especial de Segurança e Informação de Itaipu (AESI) ficaram atentos ao protesto. Essas agências relatavam os eventos e discursos diários do acampamento e compilaram arquivos pessoais sobre a liderança, incluindo o surgimento de qualquer líder sindical, político ou outro "elemento radical".[34] Há indícios de que o regime militar se infiltrou no MJT, mostrando que as modestas medidas de segurança do movimento não conseguiram deter o alcance penetrante da ditadura.

[32] Ambas citações de "Solidariedade dá força política a expropriados", **Gazeta do Povo**, 25 de julho de 1980.
[33] Scott Mainwaring mostra que de 1980 a 1981, o produto interno bruto do Brasil caiu quase 10%, a inflação estava acima de 90%, e a dívida externa tinha aumentado 33%, totalizando US$72 bilhões. Mainwaring, **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization**, 90.
[34] Citação de AN-RJ, AESI Relatório nº E/AESI.G/IB/BR/0034/80, 11 de agosto de 1980, em SNI ACE.967/81.01-02.

Um exemplo revelador vem de um relatório do SNI sobre uma reunião na casa do padre Valentin dal Pozzo, em 22 de julho. A reunião, que contou com a presença da alta liderança do MJT (os pastores Fuchs e Kirinus, os agricultores Marcelo Barth e Ari Konrad, e o deputado estadual Friedrich), concentrou-se em decidir que nova estratégia o acampamento deveria adotar em sua segunda semana. As sugestões incluíam uma marcha de protesto em Foz do Iguaçu e uma insinuação de que era necessário para o movimento "fazer um mártir".[35] Relatórios como estes indicam que a ditadura considerava o MJT uma ameaça suficiente para justificar a sua infiltração.

A expansão da consciência política dentro do acampamento de Santa Helena oferece provas da dupla realidade da abertura. Tendo visto alguns dos benefícios tangíveis da abertura oficial, os agricultores do oeste do Paraná associaram sua luta pela terra em Itaipu a algumas das mais proeminentes campanhas de oposição da época. As entrevistas sugerem que os agricultores consideravam o acampamento de Santa Helena como o "nosso ABC". Ao considerar sua luta contra Itaipu como uma versão alternativa ou análoga da luta mais ampla para acabar com a ditadura, muitos dos agricultores se sentiram como se estivessem participando diretamente da luta pela democratização. Barth argumentou que a coragem demonstrada pelos agricultores veio tanto do desespero de suas próprias circunstâncias quanto das mudanças políticas que se enraizavam em todo o Brasil: "havia acontecido o caso do ABC paulista um ano antes, o que nos deu ânimo diante dos militares".[36] Ao invocar os significados da legitimidade política e ressignificá-los na fronteira oeste do Paraná, os agricultores de Itaipu mostraram que as comunidades rurais de um canto distante do Brasil também tinham a capacidade de se impor contra a ditadura.

Por vezes, tais opiniões políticas causavam tensão dentro do MJT. Em particular, certos líderes religiosos procuraram manter o movimento focalizado nas demandas por terra e justiça. O pastor Fuchs lembrou que sempre que os agricultores mencionavam o "nosso ABC", ele os corrigia dizendo que, ao contrário da militância das greves trabalhistas do ABC, o protesto em Santa Helena não era político: "Tínhamos que ensinar o pessoal *pra* dizer, gente, isso não é greve, porque daí vocês estão tomando a fábrica ou estão..., coisa assim. Isso aqui é um

[35] AN-RJ, SNI telex, CT/189 AC 1451/117/ACT/80, 28 de julho de 1980, em SNI ACE.967/81.01-02. Este relatório incita a pergunta sem resposta sobre qual membro do MJT seria o informante das forças armadas.
[36] Marcelo Barth, entrevista com Catiane Matiello, reproduzida em Matiello, "Narrativas tecnológicas", 108.

movimento, então nós daí tivemos que ajudar eles a batizar o Movimento Justiça e Terra, certo".[37] A declaração de Fuchs sugere que a consciência política de alguns agricultores havia superado os objetivos da liderança do MJT. Durante os quinze dias de protesto em Santa Helena, e ao longo do ano seguinte, as exigências radicais de muitos agricultores ajudaram a impulsionar o MJT para além, para o campo da luta nacional de construção da abertura. Essas visões conflitantes também exacerbaram as tensões internas entre os diferentes setores do movimento.

Vários setores rurais do interior do país participaram do acampamento de Santa Helena, embora retratos da mídia e lembranças dos participantes frequentemente diminuíssem esse fato. Albano Melz, um agricultor com terras, lembrou que somente os sulistas (insinuando, os de raça branca) participaram do protesto.[38] Adil Fochezatto, um agricultor de origem italiana, fez observações semelhantes e também notou que muito poucas pessoas no protesto não tinham título de propriedade de suas terras — uma omissão seletiva dos trabalhadores sem terra do acampamento.[39] Em contraste com estas observações, um arrendatário chamado Itamar da Silva, mestiço de origem indígena e afro-brasileira, lembrou-se claramente de que Santa Helena "era tudo misturado", com pessoas do Brasil todo.[40] As evidências materiais do acampamento oferecem uma perspectiva sobre as memórias divergentes de seus participantes. Uma jovem estudante de pós-graduação chamada Guiomar Germani atuou como secretária do acampamento, montando uma tenda na qual ela registrou todos os participantes.[41] De acordo com os registros de Germani, o acampamento incluiu pessoas de todo o Brasil e reuniu trabalhadores meeiros, donos de terras, camponeses, e até mesmo algumas famílias indígenas: "Mostrando que na região não havia só descendentes de italianos e alemães, mas muitos mineiros, nordestinos, que haviam passado antes pelo norte do Paraná e trabalhavam nas fazendas que não tinham nem como sair da área, e vinha também o pessoal do Paraguai de noite escondido".[42]

[37] Werner Fuchs, entrevista com o autor, Curitiba, Paraná, 13 de julho de 2013.
[38] Albano Melz, entrevista com o autor, São Clemente, Paraná, 17 de novembro de 2014.
[39] Adil Fochezatto, entrevista com o autor, Santa Helena Velha, Paraná, 14 de novembro de 2014.
[40] Itamar da Silva, entrevista com o autor, Santa Helena, Paraná, 16 de novembro de 2014.
[41] Na época do protesto, Germani era uma estudante de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e realizou uma pesquisa como observadora participante, publicada em livro em 2003.
[42] Germani, apresentação pelo aniversário de 25 anos do Movimento Justiça e Terra, Santa Helena, 30 de agosto de 2007, evento organizado por Werner Fuchs, Juvêncio Mazzarollo, Marcelo Barth, e Silvênio Kolling. Gravação de vídeo cortesia de Tarcísio Vanderlinde.

As fotografias do acampamento refletem ainda mais a diversidade racial em Santa Helena (Figura 4). Isto serve como um contraponto ao retrato predominante na mídia sobre o MJT. Uma manchete de jornal intitulada "Acima de tudo, amor à terra" publicada na *Folha de S. Paulo* descreveu os agricultores como um enclave de imigrantes humildes e trabalhadores: "São em sua maioria descendentes de europeus, que subiram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em busca de terras planas e férteis, têm um sotaque ainda carregado e uma aparência saudável, lutam para manter um padrão de vida e respeitável patrimônio – características que os diferenciam dos demais movimentos populares brotados nestes últimos anos no Brasil".[43] A descrição dessa forma "respeitosa" de protesto expõe outra fragilidade da abertura, já que os manifestantes de Santa Helena e os meios de comunicação simpatizantes sabiam que para conquistar a opinião pública os agricultores não podiam representar uma ameaça para a ordem social vigente. Muitos protestos indisciplinados, especialmente se liderados por brasileiros etnicamente diversos, poderiam minar as perspectivas de uma democratização controlada. Enquanto brasileiros de todo o país debatiam noções de cidadania e igualdade, os manifestantes na linha de frente contra a Itaipu Binacional — e, portanto, também contra o regime militar — eram frequentemente apresentados como gente humilde e descendentes de europeus.

Figura 4: Membros do mjt no acampamento de Santa Helena, julho de 1980.

Fonte: Foto cortesia de Guiomar Germani.

[43] "Acima de tudo, amor à terra", **Folha de S. Paulo**, 29 de março de 1981, 6.

Essa distorção da composição étnica do acampamento vem de uma história mais antiga de como as dinâmicas do poder racial e do poder regional se desenvolveram no Brasil. Em seu estudo sobre raça e nação em São Paulo — estado vizinho ao leste do Paraná e, historicamente, sua maior influência — a historiadora Barbara Weinstein argumenta que as identidades regionais funcionavam como uma categoria de raça que "poderia ser mobilizada para legitimar narrativas de modernidade e atraso".[44] Ao privilegiar a percepção de hegemonia da raça branca nos estados do sul do Brasil, esse "discurso regional serviu de base para um projeto nacional que pressupunha uma hierarquia entre as regiões".[45] No início do século XX, no processo de construção da nação, essa hierarquia regional criou uma profunda divisão social e geográfica, pela qual ser de etnia branca tornou-se um pré-requisito e um sinônimo implícito de legitimidade política. Durante a abertura, no início dos anos 80, as elites brasileiras tentaram fazer a transição para um novo sistema político sem, porém, mudar as bases da ordem social estabelecida. Nesse contexto, raça e regionalismo tinham imensa importância e, embora o exercício de direitos democráticos renovados fossem cada vez mais tolerados, o mesmo não se dava às ameaças ao tecido social profundamente enraizado do país.

Padrões semelhantes ao da composição étnica surgiram na representação da dinâmica de gênero do acampamento. As mulheres participaram ativamente do protesto de Santa Helena, mas a mídia só as mencionou como membros secundários encarregados dos serviços domésticos no acampamento. Em grande parte, isso refletia os papéis limitados que a liderança do MJT, só de homens, dava às mulheres. Mas, tal como a legitimidade política era reservada aos brasileiros "brancos", a cidadania também funcionava como um construto masculino. Com tanta atenção da mídia voltada para a luta em Itaipu, o acampamento do MJT reforçou a dinâmica tradicional de gênero.[46] O Capítulo 7 entrará em mais detalhes sobre a marginalização das mulheres nessas campanhas rurais. As mulheres desempenharam papéis fundamentais na capacidade de sustentação do acampamento de Santa Helena por mais de duas semanas. Esposas, mães e irmãs iam diariamente do acampamento às suas casas para cuidar das plantações, alimentar os animais,

[44] Weinstein, **The Color of Modernity**, 6.
[45] Weinstein, **The Color of Modernity**, 9.
[46] Para uma análise relevante do papel de gênero num contexto semelhante ao dos movimentos trabalhistas e de reforma agrária, consulte Tinsman, **Partners in Conflict**.

cuidar das crianças e manter as fazendas que os manifestantes estavam lutando para preservar.[47] Os retratos da mídia, no entanto, quase nunca incluíam mulheres; e quando o faziam, tendiam apenas a reforçar sua imagem como cuidadoras. Um artigo do *Jornal do Brasil* apresentou um conjunto de mulheres do acampamento de Santa Helena como alimentadoras, literalmente, ao descrever um grupo de mães que teve de trazer suas crianças de colo e, à tarde, amamentavam-nas em tendas improvisadas ao lado de caminhões estacionados nos arredores do acampamento.[48]

Para um brasileiro comum, a impressão que ficou após os eventos em Santa Helena era a imagem retratada pela mídia, dos manifestantes como agricultores de raça branca, do sexo masculino e homens de respeito. Esse retrato — tanto da mídia quanto do próprio MJT — ignorava a realidade do acampamento, que incluía mulheres e homens e contou com pessoas de origens étnicas e regionais bastante diversificadas, muitas das quais buscavam uma ação de maior confronto e uma mudança duradoura.

À medida que o acampamento chegava à sua última semana, o impasse com Itaipu se concentrava quase exclusivamente no valor das desapropriações de terras. Itaipu alegou que não poderia pagar mais de Cr$140.000 por alqueire — o equivalente a cerca de US$2.600 na época. Os agricultores, no entanto, alegaram que a inflação tinha elevado os preços a Cr$240.000, cerca de US$4.500.[49] Tais declarações públicas da Binacional são contraditórias com a evidência documental da própria Itaipu. Em carta confidencial ao general José Costa Cavalcanti, Cunha escreveu em 20 de junho de 1980 — algumas semanas antes do início do acampamento de Santa Helena — que Itaipu já planejava implementar um novo reajuste de preços nos próximos meses.[50] Além disso, uma vez iniciado o acampamento, a direção executiva de Itaipu reconheceu confidencialmente que, como "os preços do terreno na região subiram substancialmente", havia agora a necessidade de elevar suas ofertas para a faixa de Cr$180.000-Cr$220.000.[51] Itaipu nunca divulgou essas admissões internas, insistindo, ao invés disso, que os

[47] Para uma excelente série de entrevistas sobre o papel das mulheres durante o acampamento de Santa Helena, ver Matiello, "Narrativas tecnológicas".
[48] "Agricultores invadem escritório", **Jornal do Brasil**, 15 de julho de 1980, 9.
[49] "Sindicatos apoiam expropriados de Itaipu", **Folha de S. Paulo**, 20 de julho de 1980, 9-10.
[50] CDIB, carta do da Cunha ao Cavalcanti, 20 de junho de 1980, nº 0533/80 do Diretoria Geral, incluído no apêndice da Décima-Sexta Reunião do Conselho Executivo de Itaipu, 24 de julho de 1980, 23865F.0025-0554.
[51] CDIB, Ata da Reunião do Diretor Geral, 24 de julho de 1980, 23865F.0063, item nº 4.

preços da terra não poderiam aumentar. O MJT, assim, mobilizou-se para algo que Itaipu já havia planejado conceder, sugerindo que as autoridades tinham razões não financeiras para se recusar a atender às demandas dos agricultores.

Essa disjunção surgiu da necessidade da ditadura de manter o controle — ou pelo menos a percepção de controle — durante o processo de abertura. Em 1980, as forças da oposição haviam alcançado certas liberdades políticas, mas o regime estava determinado a manobrar a transição mantendo o máximo de autoridade possível. Assim, Itaipu tornou-se uma arena de luta pelo poder, legitimidade política e das consequências da democratização. No contexto do acampamento de Santa Helena, isso significava garantir a viabilidade a longo prazo da usina de Itaipu, além de proteger a imagem pública da ditadura. Como os meios de comunicação nacionais registraram o impasse em Santa Helena, a Binacional e seus aliados dentre os militares provavelmente se sentiram compelidos a assumir uma posição ainda mais forte contra o MJT. A questão do preço da terra não foi resolvida até abril de 1981, quando, no auge do acampamento subsequente em Foz do Iguaçu, um relatório independente do governo declarou definitivamente que a Binacional havia pagado muito abaixo do valor de mercado.[52] Até então, o conflito continuava sendo uma série de acusações repetidas por ambos os lados.

Quase duas semanas desde o início do acampamento, o MJT se beneficiou da celebração do dia 25 de julho, o Dia do Agricultor. Delegações de todo o oeste do Brasil convergiram em Santa Helena, e a concentração de cerca de oito mil manifestantes chamou a atenção da mídia.[53] Com os olhos do país no acampamento, aumenta a pressão em Itaipu. Em 26 de julho, Cunha apresentou a oferta de Itaipu de um aumento de 65% no preço, para um preço médio de Cr$200.000 por alqueire — muito menos que os 100% exigidos pelo MJT. Os agricultores rejeitaram a proposta na mesma noite em assembleia geral do acampamento.[54] Os membros do MJT pareciam firmes na sua recusa em fazer concessões, mas, a menos que apoiassem seus discursos com novas ações, parecia inevitável um impasse permanente.

[52] Como será mostrado mais adiante neste capítulo, em 14 de abril de 1981 o Instituto de Terras e Cartografia divulgou um relatório declarando que Itaipu havia pagado cerca de 30% a menos do que o valor real da terra na região.
[53] "Ato contra a Itaipu reúne 5 mil colonos", **Folha de S. Paulo**, 25 de julho de 1980. Enquanto meios de comunicação nacionais como a **Folha de S. Paulo** informaram que cerca de cinco mil manifestantes participaram dos eventos em Santa Helena, os líderes do MJT contabilizaram entre oito mil e dez mil. CPT-Londrina, Relatório Geral, Movimento Reivindicatório "Justiça e Terra", Santa Helena, 31 de julho de 1980, 5.
[54] Mazzarollo, **A taipa da injustiça**, 95.

Sentindo a necessidade de intensificar a pressão sobre Itaipu, o MJT debateu propostas como tentar uma reunião com o presidente da República, bloquear a entrada da principal zona de construção em Itaipu e ocupar os três escritórios regionais de Itaipu em Foz do Iguaçu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon (Figura 5).[55] No final, a assembleia geral votou por unanimidade pela marcha em Foz do Iguaçu.[56] Uma vez que o movimento alertou Itaipu sobre seus planos de marcha sobre a sede da hidrelétrica e a zona de construção, o general Cavalcanti finalmente concordou em se reunir com a liderança dos agricultores. Em sua análise do acampamento Santa Helena, Juvêncio Mazzarollo acreditava que Cavalcanti temia a possibilidade de trinta mil trabalhadores da construção de Itaipu — muitos dos quais se opunham às próprias condições de trabalho — se mobilizarem em solidariedade com o MJT.[57] Na manhã da reunião do MJT com Cavalcanti, o acampamento acordou surpreso ao ver que durante a noite os empregados de Itaipu haviam inundado todo o acampamento com milhares de folhetos intitulados "Mensagem da Itaipu ao agricultor da área do reservatório". Na tentativa de travar a dinâmica crescente do acampamento, o panfleto exortava os agricultores: "faça o acordo com Itaipu" e "não se envolva em agitação. Defenda seus interesses pessoalmente". Em resposta, os agricultores recolheram os papéis espalhados e os incendiaram numa fogueira cerimonial.[58] Enquanto isso, representantes do MJT se reuniram em Foz do Iguaçu com o general Cavalcanti e vários administradores de Itaipu.[59]

[55] Mazzarollo, *A taipa da injustiça*, 93; e CPT-Londrina, Relatório Geral, Movimento Reivindicatório "Justiça e Terra", Santa Helena, 31 de julho de 1980, 5-6.
[56] "Itaipu: Amanhã marcha até Foz", **O Estado do Paraná**, 27 de julho de 1980.
[57] Mazzarollo, **A taipa da injustiça**, 96.
[58] CPT-Londrina, Relatório Geral, Movimento Reivindicatório "Justiça e Terra", Santa Helena, 31 de julho de 1980, 6, 16.
[59] CPT-Londrina, Relatório Geral, Movimento Reivindicatório "Justiça e Terra", Santa Helena, 31 de julho de 1980, 17-18.

Figura 5: Deliberação entre os líderes do MJT no acampamento de Santa Helena, julho de 1980.

Fonte: Foto cortesia de Guiomar Germani.

No final da noite de 28 de julho, o pastor Fuchs telefonou de Foz do Iguaçu anunciando que o MJT havia garantido inúmeras concessões, incluindo um aumento de quase 85% nos valores. Em uma assembleia geral realizada na manhã seguinte, os agricultores votaram pela desmobilização de seu acampamento. Os líderes do MJT distribuíram um documento justificando a medida, mas ao mesmo tempo enquadrando as vitórias em Santa Helena como o primeiro passo em uma batalha potencialmente mais prolongada. Esses pontos incluíam um aumento de preço entre 80 e 85 por cento, dependendo da qualidade da terra; a garantia de que 80 por cento das terras seriam qualificadas como "Classe I" (terra de primeira); um reajuste de preços a cada noventa dias; compensação por estradas e linhas elétricas; pagamento dentro de quinze dias após a assinatura do contrato; a capacidade de plantar e colher safras até abril de 1982; e um relatório semanal do ITC (Instituto de Terras e Cartografia) acerca da venda de terras no Paraná.[60]

Demonstrando a desigualdade na representação de todos os agricultores da região, o MJT fez um acordo adicional e informal com Itaipu para compensar os agricultores sem terra "a um preço justo" pelas propriedades em que trabalhavam.[61] O MJT e Itaipu nunca assinaram formalmente esse acordo, e tal avanço não realizado dos agricultores sem terra continuou sendo um problema persistente. Apesar de não conseguir ganhar em certas demandas, como um

[60] CPT-Londrina, Relatório Geral, Movimento Reivindicatório "Justiça e Terra", Santa Helena, 31 de julho de 1980, 6, 17-18.
[61] "Posseiros também asseguram direitos", **Poeira**, nº 12, julho/agosto de 1980, 11.

aumento de 100% nos preços e ter fábricas de trigo e postos de gasolina compensados, o MJT declarou que sua ocupação de quinze dias foi um grande sucesso. O MJT forçou Itaipu a fazer concessões ao movimento dos agricultores e ao mesmo tempo influenciou a opinião pública. Esse ganho provou ser especialmente importante no ano seguinte, quando o MJT realizou seu segundo acampamento em Foz do Iguaçu.

Nos dias seguintes, o MJT recebeu centenas de cartas de congratulações e telefonemas.[62] Jornais de todo o Brasil fizeram reportagens sobre o final do acampamento com manchetes como "Temendo a 'marcha' Itaipu recua" e "Os agricultores de Itaipu decidem aceitar proposta".[63] A maior parte da cobertura da mídia parecia favorável ao MJT, embora vários artigos descrevessem a lógica de Itaipu por ter feito tantas concessões. Uma dessas matérias cita a versão de Itaipu de que o aumento do valor não teve nada a ver com a pressão do MJT; ao invés disso, foi decorrente de um ajuste normal para contabilizar o sucesso da colheita do ano anterior.[64] Quando perguntado se o acampamento havia desempenhado algum papel no aumento de valores de Itaipu, o general Cavalcanti disse que o movimento não teve qualquer influência, acrescentando que "os novos preços representam a realidade do mercado".[65] Entre a liderança de Itaipu, no entanto, as decisões haviam se mostrado muito mais complicadas. Em uma reunião executiva logo antes do acordo final, o general Cavalcanti alertou que se Itaipu não mudasse suas políticas de desapropriação, a agitação poderia se espalhar em breve para o outro lado do rio, o Paraguai.[66] A declaração privada de Cavalcanti e o contexto do que ocorreu em Santa Helena são forte indício de que as concessões de Itaipu resultaram diretamente da pressão aplicada pelo MJT.

A liderança do MJT procurou manter os agricultores mobilizados, apesar da desmobilização do acampamento, dizendo que a luta continuaria até que a última pessoa recebesse uma compensação justa. Uma descrição do último dia do acampamento de Santa Helena transmite um sentimento dobrado de exaustão e otimismo: "E assim, no dia 29 de julho

[62] CPT-Londrina, Relatório Geral, Movimento Reivindicatório "Justiça e Terra", Santa Helena, 31 de julho de 1980, 6.
[63] "Temendo a 'marcha' Itaipu recua", **O Paraná**, 29 de julho de 1980, 6; e "Os agricultores de Itaipu decidem aceitar proposta", **O Estado de S. Paulo**, 30 de julho de 1980, 12.
[64] "Itaipu explica as suas razões", **O Estado do Paraná**, 30 de julho de 1980, 1.
[65] Citado em "Itaipu anuncia reajuste nas desapropriações", **Folha de Londrina**, 26 de julho de 1980.
[66] CDIB, Ata da Reunião do Diretor Geral, 24 de julho de 1980, 23865F.0063, item nº 8.1.

à tarde, os acampamentos começaram a ser levantados. No rosto dos agricultores havia muito cansaço pelos dias mal dormidos, mas refletiam a alegria de uma vitória conseguida através da união de todos e da solidariedade conseguida. Todos levam a esperança de que seu sofrimento e sua luta possam servir a outros companheiros, e sobretudo, sensibilizar as autoridades para que pratiquem sempre a justiça em todas as suas atividades".[67]

Mas como interpretar precisamente o acampamento de Santa Helena? Não foi o primeiro acampamento de protesto na história brasileira, nem o mais longo ou o mais bem-sucedido. Os agricultores também evitaram a repressão física, como a experimentada por outros movimentos de luta pela terra sob o regime militar. Durante o mesmo período em que o MJT organizou seus acampamentos de protesto contra Itaipu, outra ocupação de terra ocorreu em Encruzilhada Natalino, a menos de quinhentos quilômetros a sudeste de Foz do Iguaçu. Ao contrário da relativa "civilidade" testemunhada em Santa Helena, em Encruzilhada Natalino houve constantes confrontos físicos. Angus Lindsay Wright e Wendy Wolford descrevem os ataques no acampamento: "pessoas foram presas, sofreram espancamentos, foram esfaqueadas com baionetas, barracos foram queimados, seguidos de ameaças de mais violência e morte".[68] A comparação entre esses dois acampamentos de protesto ajuda a elucidar a dinâmica específica do protesto de Santa Helena, tanto no sentido de quem era o alvo do MJT , quanto em relação ao tipo de pessoas na liderança do movimento.

Enquanto Encruzilhada Natalino enfrentava propriedades privadas, o acampamento de Santa Helena se formou em oposição à hidrelétrica de Itaipu. Para a ditadura brasileira, grande parte da importância de Itaipu estava em sua imagem global. A atenção internacional que ela recebeu implicava que o regime militar não poderia usar facilmente a violência contra os agricultores de Santa Helena. Portanto, o governo agiu com cautela e fingiu um respeito que nunca foi mostrado aos movimentos que aconteciam fora dos olhos do público. Neste sentido, o MJT em muito se beneficiou ao enfrentar uma face tão visível da ditadura. Além disso, o acampamento da Encruzilhada Natalino era composto exclusivamente de camponeses sem terra, meeiros e parceiros. Embora estes mesmos dados demográficos se repetissem no acampamento

[67] Sem título, *Poeira*, nº 12, julho/agosto de 1980, 11.
[68] Wright e Wolford, **To Inherit the Earth**, 34. A Encruzilhada Natalino ocorreu de dezembro de 1980 a fevereiro de 1981.

de Santa Helena, a visão dominante do MJT era de um movimento de pequenos agricultores com terra que pouco se preocupavam com o tipo de reforma agrária estrutural em causa em Encruzilhada Natalino.

As comunidades locais aprenderam uma série de lições no acampamento de Santa Helena. Aqueles que sentiam a necessidade de ir além das estratégias mais "respeitáveis" do MJT ficaram frustrados pelas vitórias limitadas do protesto. Essa insatisfação continuou a se desenvolver, tanto no segundo acampamento do MJT, um ano depois, quanto na subsequente criação de um movimento independente dos sem-terra. Mas Santa Helena também marcou uma escalada da consciência política no meio rural. O pastor e deputado estadual Gernote Kirinus acredita que foi no acampamento que as comunidades locais perderam totalmente a fé em Itaipu e no governo: até aquele momento, muitas pessoas ainda estavam esperando para ver se as autoridades poderiam honrar suas promessas.[69] Antes de Santa Helena, a luta contra um elemento central do regime militar continuava um tanto abstrata. Como observou Silvênio Kolling, Santa Helena se tornou "um laboratório de consciência. [Antes] não conhecia o monstro, não sabia como era grande o bicho".[70] O acampamento proporcionou uma experiência fundamental de participação política, desenvolvendo um senso de coletivismo na região. Nas palavras de um participante, o acampamento de Santa Helena serviu como "um grande ato político". Ele explicou que "o fato de você estar com tanta gente reunida, quando normalmente as reuniões coletivas eram reprimidas e uma boa parte eram presos, você teve um movimento que resistiu e evidentemente ele foi um ato de exercício prático de democracia, não democracia consentida e nem democracia autorizada, mas conquistada mesmo pela força do movimento".[71]

"Os fuzis de Itaipu": Repressão e Política no Acampamento de Foz do Iguaçu

A calma relativa após o acampamento de Santa Helena durou menos de um mês. Em 26 de agosto, os líderes do MJT se reuniram novamente na sede de Itaipu em Foz do Iguaçu para

[69] Gernote Kirinus, entrevista com o autor, Marechal Cândido Rondon, Paraná, 17 de setembro de 2014.
[70] Silvênio Kolling, entrevista com o autor, Garuva, Santa Catarina, 28 de fevereiro de 2015.
[71] Nelton Friedrich, entrevista com o autor, Foz do Iguaçu, Paraná, 9 de outubro de 2014.

denunciar a empresa por não honrar seus acordos.[72] As principais objeções estavam relacionadas a atrasos no pagamento e erros de cálculo da qualidade da terra. O acampamento de Santa Helena havia garantido Cr$200.000 por alqueire, mas apenas para terras de primeira classe, e os agricultores acreditavam que Itaipu estava propositalmente subvalorizando as terras para manter os preços baixos.[73] Juntamente com a questão do preço da terra, outro ponto de discórdia dizia respeito ao reassentamento no Paraná. Itaipu desviou novamente a responsabilidade para o INCRA, enquanto incentivava os agricultores a se mudarem para empreendimentos em estados distantes como Mato Grosso do Norte, Bahia e Amapá.[74] A única opção dentro do Paraná, uma área chamada Arapoti, ainda não estava pronta para receber os colonos.[75] Embora agricultores como Marcelo Barth tenham enfatizado a necessidade de se manter a pressão e considerar a tomada de ações drásticas — propondo em um discurso que o MJT ocupasse terras próximas — , o movimento não promoveu novas ações pelo resto do ano.[76]

As tensões ressurgiram no início de 1981. Faltando menos de dois anos para a inundação, Itaipu havia processado apenas 60% dos casos de indenização. Além disso, os ajustes de preços conquistados em Santa Helena não conseguiram acompanhar o aumento dos preços dos imóveis no Paraná. Ao final do protesto em Santa Helena, Itaipu concordou em pagar uma média de Cr$200.000 por alqueire. Logo depois, no entanto, as terras no oeste do Paraná passaram a custar entre Cr$500.000 e Cr$700.000.[77] Esses valores foram o resultado em grande parte de uma superespeculação. De acordo com uma revelação feita em *Nosso Tempo* — o semanário político local dirigido pelo já mencionado Juvêncio Mazzarollo —, a publicidade gerada pelo acampamento de Santa Helena fez com que os especuladores de terras aumentassem os preços no momento em que Itaipu anunciou um novo acordo.[78] Com isso, era quase impossível para os agricultores permanecerem no Paraná. Com pouca regulamentação do mercado imobiliário

[72] AN-RJ, Ata de reunião do 26 de agosto de 1980, Diretoria de Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, Memorando 967/81, em SNI ACE.967/81.01-02.
[73] "Classificação das terras irrita desapropriados", **Hoje**, 3 de agosto de 1980.
[74] CDIB, Carta do general Cavalcanti à Comissão de Agricultores, 10 de outubro de 1980, Memorando E/DG/0758/80, R2134.1716.
[75] CDIB, Encontro entre o Diretório Executivo de Itaipu e a Comissão de Desapropriados,1º de outubro de 1980, 2135.0926-930.
[76] Um relatório confidencial da AESI relatou a sugestão de Barth de ocupar terras. AN-RJ, Relatório confidencial AESI nº E/AESI.G/IB/BR/0052/80, 13 de outubro de 1980, em SNI ACE.967/81.01-02.
[77] Mazzarollo, **A taipa da injustiça**, 98.
[78] "O preço da paz: Justiça e terra", **Nosso Tempo**, 18 de março de 1981, 6-8.

regional, e com o INCRA pressionando os agricultores a se instalarem nos projetos de colonização do Norte, os agricultores do MJT novamente se viram numa situação precária.

Em 16 de março, um artigo publicado na revista americana *Time* chamou a atenção para a hidrelétrica de Itaipu de maneira totalmente negativa e sem precedentes. Sob o título "Grandes lucros em grandes subornos", o artigo relatava alegações de corrupção na América Latina, África e Oriente Médio. A reportagem alegava que empresas elétricas europeias haviam pagado mais de US$140 milhões em comissões para ganhar contratos com Itaipu.[79] Não foi o primeiro ou último relato de corrupção em Itaipu, mas dada a sua origem, um importante veículo de notícias dos EUA, a alegação desencadeou imediatamente um escândalo no Brasil.[80] *O Estado de S. Paulo* traduziu e publicou o artigo como manchete de primeira página na manhã seguinte.[81] Em um momento de abertura no Brasil, quando as forças da oposição buscavam qualquer chance de se livrarem do poder militar, agora podiam apontar o suborno como prova adicional de que o país precisava de uma mudança de regime.[82] Para aqueles que seguiam a luta dos agricultores no oeste do Paraná, o artigo da *Time* simbolizava uma injustiça paralela: uma manchete declarou que "140 milhões de dólares em subornos aos tecnocratas de Itaipu enquanto oito mil famílias lutam por uma compensação justa".[83] Se os protestos do MJT ajudaram a influenciar a opinião pública no Brasil, as alegações de corrupção na *Time* agora projetavam uma imagem negativa em nível global. Determinados a proteger o legado da hidrelétrica, Itaipu divulgou um comunicado à imprensa denunciando as alegações como completamente infundadas. O general

[79] Christopher Byrons, Jonathan Beaty e Gisela Bolte, "Big Profits in Big Bribery", **Time**, 16 de março de 1981, 60-65.
[80] Alegações de escândalo contra Itaipu perduravam desde o tratado original de 1973. Ao longo da década de 70, muitos relatórios afirmaram que Alfredo Stroessner tinha aceitado mais de US$100 milhões do governo brasileiro para aprovar o tratado de 1973. "Corrupción en Itaipú", série de dez partes publicada por **ABC Color**, 1996. Mesmo antes do artigo da *Time* de 1981, questões de corrupção em Itaipu já haviam sido abordadas pela mídia americana. Em 1979, a *Harper's* publicou uma história contendo alegações semelhantes sobre o suborno do Brasil a Stroessner em 1973. Penny Lernoux, "Behind Closed Doors", *Harper's*, fevereiro de 1979, 20-29.
[81] "No Brasil, 'matéria de sedução'", **O Estado de S. Paulo**, 17 de março de 1981, 1.
[82] Por exemplo, o escândalo de suborno foi denunciado em CDIB, "Discurso do Iram Saraiva", Câmara dos Deputados, 23 de março de 1981, pedido nº 148, 1-4; e "Discurso do Brabo de Carvalho", Câmara dos Deputados, 2 de abril de 1981, 2682.1440-1443.
[83] "140 milhões de dólares para subornar os tecnocratas de Itaipu enquanto 8 mil famílias lutam por indenizações justas", **O Estado do Paraná**, 26 de abril de 1981, 1.

Cavalcanti escreveu pessoalmente várias cartas ao editor da *Time* procurando fornecer esclarecimentos semelhantes — nenhum destes foi publicado.[84]

Coincidentemente, no mesmo dia da publicação desse artigo na *Time*, os agricultores do oeste do Paraná organizaram uma assembleia geral na cidade de Itacorá. O objetivo da reunião foi decidir se marchariam até Foz do Iguaçu para montar um segundo acampamento dentro do local de obras de Itaipu. Os organizadores disseram às famílias que se preparassem para semanas ou mesmo meses de protesto e também discutiram possíveis ações de solidariedade aos trabalhadores da construção civil. Com mais de 1.500 pessoas presentes, a assembleia votou quase unanimemente por marchar em Foz do Iguaçu na manhã seguinte.[85] O *Nosso Tempo* informou que, assim que Itaipu soube da decisão dos agricultores, enviou imediatamente representantes com melhores contratos para comprovar sua alegação de ter pagado preços justos após o acampamento de Santa Helena.[86] Os líderes do MJT viram isto como uma tentativa de subornar os agricultores para que não protestassem em Foz do Iguaçu. Os esforços de Itaipu surtiram pouco efeito, e os agricultores se prepararam para marchar até a usina na manhã seguinte.

Embora já tivesse sido discutida nos anos anteriores, essa estratégia nunca fora posta em prática. Na véspera da marcha, surgiu entre os manifestantes a sensação de que algo importante os esperava. Como observou um participante: "Os dias que seguem, não se pode prever quantos dias, mudarão inevitavelmente o comportamento de Itaipu, e sua imagem não será mais a mesma. Jamais Itaipu imaginava passar este vexame. O Brasil e o mundo passarão a contestá-la muito mais do que o foi até hoje".[87]

No início da manhã do dia 17 de março, quase oitocentas pessoas deixaram Itacorá para fazer a viagem de cem quilômetros até Foz do Iguaçu. Após chegar à periferia da cidade por volta das nove da manhã em uma caravana de carros, caminhões e tratores, o grupo caminhou os cinco quilômetros restantes a pé.[88] Ao se aproximarem dos portões de entrada, a multidão se

[84] CDIB, 4146.1287-1302, 13 de setembro de 1983. Cópias das cartas de Cavalcanti ao editor da Time estão incluídas num dossiê apresentado ao Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados de 13 de setembro de 1983.
[85] Arquivo da FETAEP, Curitiba, Ata da Assembleia de Agricultores Desapropriados pela Itaipu Binacional, 16 de março de 1981, Itacorá.
[86] "O preço da paz: Justiça e terra", **Nosso Tempo**, 18 de março de 1981, 6-8.
[87] Citado em "O preço da paz: Justiça e terra".
[88] "Colonos iniciam marcha para Foz", **O Estado do Paraná**, 17 de março de 1981.

deparou com o caminho bloqueado por uma grande força policial. Marcelo Barth lembrou mais tarde: "E daí vimos de longe os soldados, os guardas de Itaipu, apontando baionetas, e tinha bomba de gás, e nós chegamos defendendo o que era nosso".[89] Na hora seguinte houve um impasse tenso entre os agricultores que queriam marchar para o local da construção e as forças de segurança determinadas a repelir a multidão.

Com o sol do final da manhã já baixando — naquele dia fez mais de 38ºC — a multidão se aproximou dos portões entoando cânticos "justiça, justiça, justiça". Falando por um megafone, o general Junot Rebello Guimarães exigiu que os agricultores deixassem as instalações e se deslocassem para uma igreja próxima.[90] Atrás de Rebello Guimarães estavam dezenas de soldados da PM e quase uma centena de agentes da força de segurança privada de Itaipu. A menos de dez metros dos portões de entrada, e a aproximadamente quinhentos metros dos escritórios centrais da Binacional, os agricultores exigiram uma passagem segura e uma reunião com o comitê executivo de Itaipu. Rebello Guimarães respondeu que qualquer tentativa de passar dos portões seria enfrentada com força física. Não era uma ameaça vazia, pois, segundo a uma matéria, o secretário de segurança pública havia autorizado os soldados a reprimir fisicamente os agricultores se necessário.[91]

As tensões continuaram a aumentar e, como conta um jornalista do *Nosso Tempo*, um agricultor na frente da multidão desabotoou a camisa, mostrou o peito para os soldados e os desafiou a atirar.[92] Chocados com a exibição de força repressiva diante deles, os manifestantes gritaram declarações do tipo "Isso aí é uma pouca vergonha. Nós damos de comer a essa gente que nos recebe desse jeito, com armas... baionetas e fuzis. É uma pouca vergonha".[93]

Depois de quase trinta minutos de debates, a liderança do MJT decidiu abandonar seu plano de marchar para o local da construção e, em vez disso, montou um acampamento ao longo da bifurcação adjacente na estrada. Esse local ficou conhecido como o Trevo da Vergonha, uma

[89] Marcelo Barth, entrevistado em Fülgraf, **Os desapropriados**.
[90] No final da década de 60, Guimarães era secretário estadual de segurança pública, tendo na época reprimido uma série de protestos das comunidades agrícolas e camponesas. Antes de ser nomeado chefe de segurança de Itaipu, ele também trabalhou como chefe de inteligência e segurança da Petrobrás na refinaria (Repar) de Araucária, no sudeste do Paraná. Arquivo Público do Paraná (doravante APP), "Questões de Terra 'Lopei'", Pasta nº 003491.
[91] "Baionetas e fuzis contra os colonos", **Hoje,** 27 de março de 1981.
[92] João Adelino de Souza, entrevista com o autor, Foz do Iguaçu, Paraná, 6 de outubro de 2014. Souza trabalhou como coeditor do **Nosso Tempo**.
[93] "Itaipu aponta baionetas contra agricultores", **Nosso Tempo**, 18 de março de 1981, 20.

área em frente aos portões de entrada que deixava o protesto plenamente visível por qualquer pessoa que visitasse o complexo hidrelétrico. Situado ao longo da rodovia BR-277 (o ponto de acesso regional à Rodovia Pan-americana), o acampamento também era visível para os motoristas que iam em direção ao Paraguai, nos ônibus turísticos e veículos comerciais.

De maneira semelhante à cobertura que a mídia fez no início do acampamento de Santa Helena, os jornais rapidamente anunciaram o desenrolar dos eventos em Foz do Iguaçu. Neste caso, no entanto, a imprensa se concentrou em grande parte no espetáculo da violência. Uma manchete (Figura 6) dizia em letras maiúsculas "ITAIPU RESISTE COM ARMAS", enquanto outra reproduzia uma frase cada vez mais popular entre os agricultores e seus aliados: "Os fuzis de Itaipu são o símbolo da abertura?".[94]

Figura 6: Manchete de *Nosso Tempo*, 18 de março de 1981

Fonte: Revista *Nosso Tempo*, 1981.

[94] "Itaipu resiste com armas", *Nosso Tempo*, 18 de março de 1981, 1; e "Os fuzis de Itaipu são o símbolo da abertura?", *Hoje*, 28 de março de 1981, 1.

Durante a instalação do acampamento de Foz do Iguaçu, os agricultores distribuíram folhetos com as exigências feitas na reunião de Itacorá. O documento incluía reivindicações de preços entre Cr$500.000 e Cr$600.000 (aproximadamente US$7.500) por alqueire e para que o INCRA fosse envolvido de forma mais eficaz. E, à semelhança do amplo quadro projetado no início do acampamento de Santa Helena, os folhetos também declaravam apoio às diversas comunidades que enfrentavam o deslocamento. O MJT exigiu uma solução imediata para a situação das comunidades sem terra e fez gestos de solidariedade, tanto para a comunidade indígena vizinha quanto para as famílias impactadas por Itaipu no lado paraguaio do rio.[95] No início de um protesto tão importante, esse documento refletia a necessidade de se apelar para uma ampla base de apoio. Como foi o caso em Santa Helena, a preocupação com os agricultores sem terra desapareceu no decorrer do protesto.

Na batalha contínua pela opinião pública, Itaipu evidentemente sentiu que sua demonstração de força havia permitido aos agricultores ganhar demasiada empatia. Quando os manifestantes acordaram no segundo dia, notaram que a polícia que patrulhava os portões de entrada não tinha mais armas ou baionetas.[96] Apesar desse verniz de diminuição da segurança, os agricultores empregavam as mesmas medidas criadas em Santa Helena. O acampamento novamente realizou reuniões diárias para identificar potenciais agentes infiltrados, e até criou uma cadeia de comando para o caso de a ditadura desaparecer com qualquer dos líderes do MJT.[97] Os agricultores também desenvolveram uma rede de comitês para organizar todos os aspectos da vida no acampamento. Diante do calor extremo, a distribuição de água potável tornou-se uma tarefa especialmente importante. No início do acampamento, o prefeito de Foz do Iguaçu, coronel Clóvis Cunha Vianna, ordenou aos soldados que cortassem o fornecimento de água aos agricultores. Aluízio Palmar lembrou-se do efeito politizador dessas ações, dizendo que quando o prefeito de Foz do Iguaçu — um coronel do exército — cortou o abastecimento de água do campo, os agricultores sabiam que era a ditadura que estava cortando.[98] Outras

[95] CDIB, "Documento de reivindicações aprovado na Assembleia de Agricultores em Itacorá", 16 de março de 1981, incluído como anexo da "Ata da 180a Reunião", Comitê Executivo de Itaipu, 2823.591-592.
[96] "Costa Cavalcanti chega a Foz, mas colonos recusam proposta de Itaipu", **Folha de Londrina**, 19 de março de 1981, 7.
[97] Lauro Rocini, entrevista com o autor, Itaipulândia, Paraná, 26 de dezembro de 2014.
[98] Aluízio Palmar, entrevista com o autor, Foz do Iguaçu, Paraná, 8 de agosto de 2013.

responsabilidades incluíam a preparação de alimentos, saneamento e o transporte de ida e volta das famílias para suas fazendas. No entanto, mesmo essas iniciativas de colaboração revelaram algumas das fissuras dentro do MJT. O pastor Fuchs lembrou como os alimentos trazidos ao acampamento de Foz do Iguaçu deixavam em evidência as diferenças entre os agricultores e os camponeses: "quando traziam mantimentos de casa para repartir, os proprietários traziam muita carne — de gado, porco e galinha —, mas os posseiros e arrendatários traziam praticamente apenas mandioca".[99] Assim, apesar da solidariedade em geral exibida em Foz do Iguaçu, as deficiências do movimento se faziam visíveis diariamente.

A cobertura da mídia — seja ignorante, seja despreocupada com as tensões internas do MJT — incluía relatos fascinantes sobre a organização e a coesão do acampamento. As manchetes chamavam a atenção dos leitores dizendo que os agricultores tinham criado "uma minicidade" e "uma sociedade evoluída".[100] Um exemplo marcante foi o do maior jornal da região, *O Estado do Paraná*, que imitou o *slogan* triunfalista de Itaipu — o Projeto do Século — chamando o protesto de Foz do Iguaçu "O acampamento do século".[101]

Após quatro dias, o general Cavalcanti convidou cinco representantes do MJT para uma reunião no escritório central da Binacional. Cavalcanti apresentou a oferta de um aumento de preço de 80%, o que elevaria o pacote médio de compensação para cerca de Cr$380.000 — em torno de Cr$200.000 a menos do que os agricultores exigiam.[102] Falando aos repórteres posteriormente, Cavalcanti declarou que Itaipu não aumentaria sua oferta atual e que "Não pensamos em reunir-nos com os colonos; apenas estamos apresentando nosso posicionamento".[103] Uma assembleia geral rejeitou naquela noite a proposta de Itaipu. Após a votação, o MJT emitiu um comunicado de imprensa criticando Itaipu por se recusar a manter um diálogo aberto e honesto, proclamando: "Clamamos às autoridades e à nação brasileira apoio e empenho para que sejamos atendidos em nossos justos direitos".[104]

---

[99] Werner Fuchs, correspondência de e-mail com o autor, 16 de janeiro de 2018.
[100] Ver artigos "Desapropriados formam uma mini-cidade", **O Mensageiro**, abril de 1981, 13-14; e "Uma sociedade evoluída em torno de um acampamento de colonos", **Folha de Londrina**, 29 de março de 1981, 32.
[101] "O acampamento do século", **O Estado do Paraná**, 29 de março de 1981, 14.
[102] "Itaipu aumenta as indenizações, mas os desapropriados rejeitam", **O Estado de S. Paulo**, 21 de março de 1981, 12.
[103] "Cavalcanti não aceita reunião e renega Movimento Justiça e Terra", **Folha de Londrina**, 21 de março de 1981.
[104] CDPH, "Resposta ao Comunicado da Itaipu Binacional", 21 de março de 1981.

Naquela mesma tarde, dois outros eventos ressaltaram a crescente influência do acampamento. Primeiro, Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e chefe do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, visitou o acampamento. Um dos críticos mais notórios e mais francos da ditadura, Brizola havia retornado recentemente do exílio. Em um discurso aos acampados, ele prometeu interceder em nome dos agricultores, discutindo sua situação na semana seguinte com o ministro da Justiça.[105] O segundo evento ocorreu em Brasília, onde líderes do Conselho Indigenista Missionário realizaram uma coletiva de imprensa na qual acusaram "a União de estar cometendo um crime contra os guaranis" enfrentando o deslocamento em Itaipu.[106] Apesar da invisibilidade indígena, perpetuada tanto pelo regime militar quanto por movimentos sociais como o MJT, a coletiva de imprensa mostrou como os grupos pró-indígenas capitalizaram o impulso gerado pelo acampamento de Foz do Iguaçu para também chamar a atenção para suas próprias demandas paralelas.

Durante as semanas de abertura do acampamento, mais de uma dúzia de políticos, principalmente da oposição do PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, proferiram discursos de solidariedade no Congresso e no Senado. Um discurso particularmente revelador aconteceu dois dias após o impasse inicial nos portões de entrada, quando Paulo Marques (PMDB-Paraná) dirigiu-se à Câmara dos Deputados em Brasília e condenou Itaipu por enviar metralhadoras e jatos de água para dispersar a multidão de agricultores, cujas mãos calejadas produziam os alimentos da nação. Marques observou que essa violenta demonstração de força talvez fosse o verdadeiro símbolo da abertura e declarou que "mais uma vez prova-se a falsidade de intenções" na suposta instauração da democracia.[107] A efusão de críticas provocou contrarrespostas por parte dos partidários do regime militar. Por exemplo, o deputado Jorge Arbage (do Pará, membro do Partido Democrático Social) declarou que, ao contrário das reportagens da mídia, o governo não fizera nada para "usurpar os direitos dos pequenos lavradores"; em seu discurso, Arbage também descartou as críticas recentes feitas pelo PMDB como mero oportunismo à luz das alegações de corrupção publicadas na *Time*.[108] Seja para as

[105] "Brizola vai a Abi-Ackel pedir justiça a colonos", **O Paraná**, 22 de março de 1981, 1.
[106] "Itaipu aumenta as indenizações, mas os desapropriados rejeitam", *O Estado de S. Paulo*, 21 de março de 1981, 12.
[107] Paulo Marques, discurso, 19 de março de 1981, **Diário do Congresso Nacional**, Seção 1, 778-779.
[108] CDIB, Jorge Arbage, discurso na Câmara dos Deputados, 31 de março de 1981, 2682.1427-1429.

forças antiditadura que procuravam chamar a atenção para um exemplo de injustiça, seja para os partidários dos militares determinados a retardar o processo de abertura, os eventos de Foz do Iguaçu tornaram-se um tema de debate nacional.

Em nível estadual, o governador do Paraná, Ney Braga, anunciou que seu gabinete atuaria oficialmente como mediador entre o MJT e Itaipu. Citando a necessidade de manter o maior número possível de agricultores dentro do estado, Braga declarou que falaria diretamente com o general Cavalcanti, um grande amigo de seus dias como militar. Mais importante, Braga também anunciou que pediria ao ITC que fizesse um relatório independente sobre os preços da terra no oeste do Paraná.[109] Embora Braga não tenha adotado formalmente o lado dos agricultores, sua intervenção sinalizou uma mudança significativa. Braga era um major condecorado das forças armadas que havia sido um membro proeminente do partido pró-regime Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e fora nomeado — via eleição indireta — para governador do Paraná em 1978. Seria difícil imaginar Braga mostrando qualquer grau de apoio a uma luta popular no início do governo militar, mas em 1981 o cenário político brasileiro havia mudado o suficiente para que ele pudesse, mesmo que minimamente, intervir em favor do movimento dos agricultores.

De maneira semelhante aos gestos de solidariedade em Santa Helena, o acampamento de Foz do Iguaçu recebeu um fluxo constante de visitantes, cartas e pedidos de ação de grupos de todo o Brasil. Grupos religiosos, sindicatos rurais e urbanos, organizações estudantis e associações cívicas e comerciais, todos deram seu apoio. Quase todas as cartas referiam-se ao impasse nos portões de entrada como um exemplo do violento desrespeito do governo pelos direitos dos cidadãos comuns. Em declaração publicada, o Arcebispo de Curitiba refletiu sobre como as pessoas em todo o Brasil apoiaram o MJT: "O Movimento Justiça e Terra é uma resposta legítima e pacífica ao problema das indenizações causado pela Itaipu. Mas como demonstram declarações de solidariedade de todo o país, esta mobilização regional está contribuindo para que o povo brasileiro tome consciência e se organize coletivamente para combater os males de nosso sistema econômico".[110]

[109] "Ney fará gestões", **O Estado do Paraná**, 27 de março de 1981, 11.
[110] AN-RJ, "Declaração", Pedro Fedalto e Olívio Fazza,1º de abril de 1981, em SNI ACE.841/81.

A Dupla Realidade da Política na Fronteira

O MJT ilustrou como as lutas populares poderiam entrar em uma onda nacional de dissidência política para expor visões locais de democratização. Por causa de sua localização em uma fronteira, o movimento oferece um novo e importante estudo de caso para se entender o desenvolvimento da consciência política por todo o Brasil. Distantes geográfica, política e socialmente, regiões como o oeste do Paraná se desenvolveram de maneiras, muitas vezes, diferentes das grandes áreas urbanas. Mais que apenas um exemplo de resistência política no campo, o MJT chama a atenção para a dinâmica específica da região de onde surgiu.

Localizadas longe dos principais centros políticos do Brasil, as terras no extremo do Paraná também compartilhavam fronteiras com outros dois países governados por regimes militares. Muitos exilados retornaram ao Brasil através dessa região fronteiriça; além disso, a proximidade imediata com o Paraguai e a Argentina possibilitou a formação de organizações internacionais de solidariedade. Em agosto de 1979, o Paraná foi palco do primeiro Encontro Latino-americano de Oposições, uma reunião de líderes políticos dissidentes do Brasil, Paraguai, Argentina, Peru, Chile e México. O encontro ocorreu na capital do estado, Curitiba, organizado em parte por Gernote Kirinus — um dos principais aliados na luta dos agricultores de Itaipu. Os principais discursos foram proferidos pelo paraguaio Domingo Laino (principal crítico do regime de Stroessner) e por dois futuros presidentes do Brasil (Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio "Lula" da Silva); uma declaração também foi lida em nome de Hugo Blanco, líder do movimento camponês peruano. De acordo com um relatório, a reunião buscou apresentar uma abordagem coletiva, pois "a questão democrática é hoje o centro dos problemas políticos do continente asfixiado pelas ditaduras militares".[111] Tal evento provavelmente não poderia ter ocorrido naquele momento em cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro. É improvável que tantas das principais figuras da oposição da América Latina tivessem sido capazes — ou mesmo que estivessem dispostas — de se reunir tão perto do coração de um regime militar.

[111] "Luta pela democracia e solidariedade política", **Diário do Paraná**, 16 de agosto de 1979. Detalhes adicionais sobre a reunião de 1979 estão compilados em vários relatórios incluídos no APP, "Encontro Latino Americano de Oposições", Pasta nº 01431.

O ímpeto político gerado na região por essa reunião inicial continuou nos anos seguintes.[112] Um exemplo revelador vem do congresso de Foz do Iguaçu que reinstaura o PTB, liderado por Leonel Brizola. Além de denunciar o regime militar, o PTB fundamentou seu discurso nas paisagens políticas e sociais da região. Em seu discurso de encerramento, Brizola se referiu à falta de eleições locais em Foz do Iguaçu como emblemática das injustiças políticas sofridas em todo o país. E ao falar sobre o futuro de um Brasil democrático, ele celebrou as comunidades agrícolas locais e enfatizou que "somente a agricultura poderá salvar esta nação".[113] O oeste do Paraná era tanto um lugar em que a população rural obtinha seu sustento, quanto uma fronteira permeável, onde a política se internacionalizava facilmente. E embora a ditadura visse a região como uma fonte de poder natural e geopolítico inexplorado, esta também se tornou um espaço onde os movimentos de oposição viram uma oportunidade de construir a democracia.

As comunidades rurais paranaenses ligaram sua luta contra Itaipu aos avanços da abertura que achavam estar ocorrendo em outros lugares. As elites brasileiras na época — e muitos estudiosos desde então — frequentemente descreviam o retorno do Brasil à democracia como um processo urbano impulsionado por políticos consagrados e movimentos sociais estabelecidos.[114] No entanto, as características dessa fronteira ajudaram a incubar um movimento antiditatorial baseado em lutas regionais por terra. Na busca de compreender a era do domínio militar brasileiro, os estudiosos devem começar a ampliar sua visão, não apenas para grupos como o MJT, mas também para as diversas regiões que permitiram o surgimento de novos atores políticos.

Os políticos, por sua vez, olharam para o impasse dos agricultores em Itaipu tanto como um novo exemplo de participação política, quanto como uma massa de eleitores e votos potenciais. Embora a zona de segurança nacional de Foz do Iguaçu tenha impedido as eleições locais para prefeito, já em 1980 as eleições retornaram para cargos regionais nas câmaras municipais e na assembleia estadual. Para os partidos de oposição, movimentos populares como

[112] CEPEDAL, "Carta das oposições, Brasil/Paraguai",1º de junho de 1980, acervo Gernote Kirinus.
[113] CDIB, "Reunião do Leonel Brizola", 22 de fevereiro de 1980, 2134.235-41.
[114] Para uma discussão historiográfica da abertura, consulte a nota 11 do rodapé da introdução. Para uma visão geral dos estudos sobre a abertura como um processo das elites, consulte o Capítulo 2, seção "O início da abertura e uma nova era de oposição no Brasil".

o MJT poderiam se traduzir em um eleitorado local para ajudar a reconstruir uma presença nacional. Foi o caso específico do PMDB. Apenas duas semanas após o acampamento de Santa Helena, o partido distribuiu panfletos delineando os esforços de vários senadores e deputados que haviam discursado, marchado nas ruas e defendido os direitos dos agricultores. O documento dizia que "a oposição (MDB antes, PMDB agora) sempre esteve presente contra a exploração e injustiça da Itaipu. Aliás, [o partido] esteve presente desde a primeira hora!".[115] Os defensores de Itaipu alegaram que o PMDB egoisticamente utilizou a luta no oeste do Paraná para promover suas próprias pautas políticas. Um relatório confidencial do SNI observou que os políticos da oposição se tornaram cada vez mais ativos no movimento dos agricultores, buscando apenas "a projeção de seus nomes através dos meios de comunicação e obter dividendos políticos tendo em vista futuros pleitos eleitorais".[116] Da mesma forma, o comitê executivo da Itaipu Binacional se referiu aos políticos do PMDB como "profissionais de agitação".[117]

Embora os administradores de Itaipu e seus aliados na ditadura provavelmente usassem esses rótulos como forma de minar a legitimidade do MJT, é de realçar que o povo em geral também tenha notado o oportunismo de certos partidários. Um agricultor lembrou que "os políticos tinham mais interesse no voto dos coitados, por isso que enfrentaram lá".[118] De volta, o exilado político, Aluízio Palmar, e um clérigo, o padre Edgard Raviche, expressaram de forma semelhante que muitos políticos se envolveram com o MJT a fim de ganhar credibilidade e votos.[119] Estes aspectos políticos subjacentes também se estenderam ao âmbito da política nacional, pois tanto o diretor da Itaipu, o general Cavalcanti, quanto o governador do Paraná, Ney Braga, foram considerados potenciais candidatos à presidência. De olho na presidência, cada homem teve que se aproximar cautelosamente do impasse em Itaipu. Tinham que evitar alienar potenciais eleitores, sem também incomodar a elite política estabelecida. Como foi observado na *Folha de S. Paulo*, "não seria por causa de dois mil colonos vivendo o drama da

[115] APP, "O PMDB e a luta dos agricultores de Itaipu", 8 de outubro de 1980, Departamento de Ordem Política e Social, pasta nº 62999.
[116] AESI Relatório nº E/AESI.G/IB/BR/056/81, 30 de novembro de 1981, item 6, cortesia de Aluízio Palmar.
[117] CDIB, Ata do Comitê Executivo da Itaipu Binacional, 28 de maio de 1981, 2823.1245.
[118] Itamar da Silva, entrevista com o autor, Santa Helena, Paraná, 16 de novembro de 2014.
[119] Aluízio Palmar, entrevista com o autor, Foz do Iguaçu, Paraná, 8 de agosto de 2013; e Edgard Raviche, entrevista com o autor, Toledo, Paraná, 4 de novembro de 2014.

expropriação que Cavalcanti e Braga entrariam em atrito".[120] Com os olhares atentos aos eventos em Itaipu, os atores políticos a nível local e nacional abordaram o conflito dos agricultores com vistas ao avanço de seus próprios objetivos.

No final de março, funcionários do ITC realizaram o levantamento anteriormente solicitado pelo governador Braga. O início desse projeto ampliou as demandas dos agricultores que queriam ter acesso a novas terras em vez de receber dinheiro de Itaipu. Como a Constituição brasileira exigia que todas as desapropriações fossem feitas monetariamente, a noção de terra por terra defendia propositalmente uma mudança muito mais estrutural, que exigiria a revisão da política federal de desapropriação. Não só a Constituição não serviria mais como o principal canal legislativo, como o governo também teria que se apropriar de terras improdutivas para redistribuí-las entre as classes mais baixas. Isso representou um desafio direto às noções de propriedade privada e ao sistema de posse de terra existente no Brasil. Como tal, os membros do MJT que exigiam terra por terra se posicionaram além do objetivo principal do movimento de aumentar a compensação financeira. As evidências documentais não oferecem uma visão definitiva sobre quem apoiou o terra por terra dentro do MJT, mas as entrevistas e o contexto apontam fortemente para as famílias sem terra da região. Sem escritura legal de propriedade e a legitimidade social decorrente dela, esses grupos lutaram contra Itaipu e ao mesmo tempo defenderam uma nova plataforma de reforma agrária.

Nessa altura do acampamento de Foz do Iguaçu, o INCRA havia obtido terras para projetos de reassentamento em Arapoti, no Paraná, e também em Bom Jesus da Lapa, no nordeste do estado da Bahia. A *Folha de S. Paulo* relatou que quando a equipe do ITC começou o trabalho, o MJT declarou que os agricultores não aceitariam terras de qualidade inferior e rejeitou a possibilidade de serem transferidos para Arapoti ou Bom Jesus da Lapa.[121] Um participante do movimento, Lauro Rocini, lembrou que o MJT votou contra a ideia de terra por terra justamente por causa da noção de "inferioridade" da terra.[122] Como será detalhado no Capítulo 6, as áreas consideradas inferiores pelo MJT (Arapoti e Bom Jesus da Lapa) eram os

[120] "Expropriados de Itaipu dão mostras de desespero", **Folha de S. Paulo**, 25 de março de 1981, 9.
[121] "Esperança a expropriados de Itaipu", **Folha de S. Paulo**, 30 de março de 1981.
[122] Lauro Rocini, entrevista com o autor, Itaipulândia, Paraná, 26 de dezembro de 2014.

locais exatos onde muitos dos agricultores sem terra seriam reassentados após o acampamento de Foz do Iguaçu.

Dada a urgência da luta em Itaipu — a maioria dos entrevistados lembrou a ansiedade da inundação que sempre pairava no horizonte —, não é surpreendente que os agricultores da liderança do MJT tenham contornado o terra por terra e optado por se concentrar na compensação financeira. Por ser um indicativo de reforma agrária, o terra por terra apresentava alto risco político e, por isso, nunca ganhou apoio suficiente para se tornar uma demanda central do MJT. Quase três décadas após a luta em Itaipu, Marcelo Barth descreveu esse momento com um sentimento de pesar: "Mas no fim faltou ânimo e coragem porque esse nosso povo não tinha experiência nesse tipo de luta... O povo estava tão cansado de tanta mentira, de tanta falsidade, do tão pouco caso que Itaipu fazia, que aguentou. Mas nós não íamos aguentar mais um período de luta para conseguir terra por terra".[123] O fracasso em adotar o terra por terra como estratégia de longo prazo refletiu mais do que apenas as prioridades financeiras do MJT; foi também um subproduto da influência religiosa do movimento. O objetivo de uma mudança mais estrutural implicava uma abordagem radical que se chocava com a insistência da liderança em metas gradativas e pacíficas. O pastor Gernote Kirinus lembra que os camponeses sem terra de Itaipu eram os mais progressistas, mas observa que o movimento os abandonou uma vez que os agricultores e líderes religiosos decidiram se concentrar apenas em obter um preço justo. No início do movimento dos agricultores, Kirinus tinha sido motivado pelo suporte dado aos sem-terra. Olhando para trás, ele agora pensa que a troca de terra por terra pelo preço justo constituiu "o pecado grande" do papel da igreja em Itaipu.[124]

O Relatório do ITC e o apaziguamento do MJT

O ITC divulgou seu relatório quando já fazia um mês desde o início do acampamento de Foz do Iguaçu. Suas constatações (Tabela 3.1) mostraram que Itaipu pagou cerca de 30% abaixo do valor de mercado pela terra. Isso não apenas forneceu ao MJT a prova de que Itaipu fez pagamentos módicos, mas, como resultado da sensação de vitória gerada nos agricultores com

[123] Marcelo Barth, entrevista com Catianne Matiello, em Matiello, "Narrativas tecnológicas", 107.
[124] Gernote Kirinus, entrevista com o autor, Marechal Cândido Rondon, Paraná, 17 de setembro de 2014.

terras, a direção do movimento mudou radicalmente. Antes do relatório do ITC, o acampamento apresentava exigências cada vez maiores por abordagens mais radicais, incluindo a de terra por terra. Mas a notícia de que Itaipu poderia ter que pagar preços mais altos impulsionou o MJT a colocar mais pressão para obter uma compensação financeira. Como consequência, o ímpeto das demandas dos sem-terra logo se desvaneceu.

O relatório do ITC incluiu 132 pesquisas de terrenos, 268 entrevistas e 143 breves compilações de dados do mercado. As políticas de desapropriação de Itaipu foram identificadas como a principal causa do aumento dos preços da terra, mas também se observou o efeito de uma forte safra, assim como a desvalorização da moeda brasileira. O ITC recomendou que o governo do Paraná adquirisse grandes lotes de terra para permitir o reassentamento dos deslocados e ao mesmo tempo regularizar o mercado imobiliário da região.[125] O acampamento de Foz do Iguaçu celebrou os resultados do ITC, mas Itaipu não ofereceu nenhuma indicação de que faria qualquer uma das mudanças sugeridas. O Diretor Cavalcanti fez menção ao relatório em uma coletiva de imprensa: "Não há interferência nenhuma do Governo do Estado em relação a Itaipu. O [governador] Ney Braga, meu velho amigo de 40 e tantos anos, me avisou que tinha pedido esse estudo como um dado para ele pessoalmente".[126]

Apenas algumas semanas antes, o MJT tinha realizado uma pesquisa de barraca a barraca no acampamento, perguntando o que o movimento deveria fazer se Itaipu e o governo continuassem ignorando as demandas dos agricultores. As respostas incluíram sugestões para bloquear todas as entradas da hidrelétrica com tratores, fazer com que mulheres e crianças liderassem uma invasão da sede da Itaipu, enviar uma delegação para se reunir com o ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner, e até mesmo interromper o trabalho de construção completamente.[127] As forças de segurança de Itaipu acompanharam de perto essa onda mais radical. Um relatório apontou que "o Movimento Justiça e Terra, que até a data corrente apresentou um caráter pacífico, apesar de contrário aos interesses governamentais, vem

[125] AN-RJ, Relatório do ITC, abril de 1981, em SNI ACE.841/81.
[126] Citado em "Itaipu não receberá agricultores", **Nosso Tempo**, 15 de abril de 1981, 18.
[127] AN-RJ, "Roteiro para reuniões por barraca", incluído em SNI ACE.892/81. Os resultados dessa pesquisa foram divulgados e abordados em muitos noticiários, por exemplo, "Agricultores de Itaipu divulgam novas táticas", **Diário do Paraná**, 9 de abril de 1981, 4; e "Expropriados querem falar com Stroessner", **Folha de Londrina**, 9 de abril de 1981, 7.

modificando seu comportamento anterior existindo possibilidades de o mesmo tornar-se agressivo na medida em que suas reivindicações não sejam atendidas". Principalmente as forças de segurança preocupavam-se com a reação contra o relatório do ITC.[128]Ao contrário das ansiedades de Itaipu, o relatório do ITC teve o efeito oposto: após sua liberação, o ímpeto no acampamento na verdade *diminuiu*, e em consequência o clima dentro do MJT mudou.

Desde os primeiros dias da luta contra Itaipu, os agricultores buscavam o tipo de apoio e validação estatal evidenciados nos dados do ITC. Pela primeira vez, o movimento podia agora basear suas reivindicações em conclusões tiradas de uma agência do governo. Seus adeptos comemoraram isso como uma vitória tanto para o MJT, como para o empoderamento das lutas populares no poente da ditadura brasileira. Paradoxalmente, essa publicação também marcou o início do fim do acampamento. De certo modo, o relatório do ITC foi apenas isso, um relatório. Pouco proporcionou em termos de recomendações de políticas e não ofereceu nenhuma estratégia para melhorar a supervisão governamental das desapropriações de terras. Simplesmente declarou que Itaipu pagou abaixo do valor de mercado. Mesmo que fosse totalmente implementado, o relatório do ITC poderia apenas intermediar a situação existente, além de oferecer poucas medidas para se evitar conflitos futuros. Para os agricultores com terra que compunham a liderança do movimento, os dados do ITC confirmavam que Itaipu deveria aumentar substancialmente sua compensação. Sentindo que eles finalmente receberiam mais dinheiro, a liderança do MJT voltou sua atenção para as negociações com Itaipu.

Após quase seis semanas de silêncio, a empresa ofereceu a primeira indicação de que negociaria com o MJT. No dia 28 de abril — após quarenta e três dias de acampamento —, Paulo da Cunha convidou cinco agricultores, seus advogados e o presidente da Comissão de Justiça e Paz para se reunirem em Curitiba (Figura 7). Embora não tenham chegado a um acordo, Cunha apresentou a oferta de um aumento de 30% no preço e se comprometeu a realizar outra reunião em 8 de maio.[129]

[128] AN-RJ, Relatório confidencial da AESI, nº E/AESI.G/IB/BR/021/81, 10 de abril de 1981, em SNI ACE.892/81.
[129] "Enfim, Itaipu negociará com agricultores", **Nosso Tempo**, 6 de maio de 1981, 5.

Figura 7: Negociações entre Itaipu (lado oposto da mesa) e representantes dos agricultores.

Fonte: Reproduzido de *Cadernos de Justiça e Paz*, no 5, fevereiro 1983, 65, cortesia da Biblioteca Pública do Paraná.

Neste ponto, é necessário examinar o apaziguamento do movimento e perguntar por que rejeitar uma ação mais radical *nesse* momento. Os sucessos de ambos os acampamentos resultaram principalmente da adoção de ações diretas por parte dos agricultores. Em Santa Helena, a ameaça de uma marcha a Foz do Iguaçu obrigou Itaipu a encontrar-se com os agricultores pela primeira vez, e o segundo acampamento só aconteceu quando os agricultores realmente cumpriram a ameaça inicial. Então, por que a proposta de intensificar a luta ganhou tão pouco apoio, quando o acampamento se aproximava do terceiro mês e os agricultores finalmente estavam negociando diretamente com Itaipu? As conclusões do relatório do ITC sugeriam que Itaipu ia aumentar em breve sua compensação e os agricultores não queriam arriscar perder essa oportunidade. Durante os anos anteriores, os líderes do MJT mantiveram um nível considerável, embora desigual, de apoio à camada social dos camponeses sem terra, incluindo demandas pontuais de indenizações para os trabalhadores mesmo que não tivessem escritura de terra - ainda que esses gestos de inclusão costumassem surgir no início das

campanhas, quando o movimento buscava expandir sua base e aumentar a pressão pública sobre Itaipu.

Com a oportunidade de conquistar suas demandas financeiras e com a ameaça da inundação pairando sobre eles, os agricultores pressionaram por um acordo. No entanto, deixaram de fora aqueles que não ganhariam nada com uma vitória baseada apenas na premissa da legislação imobiliária: ao optar por negociar em base aos termos estabelecidos pelo ITC, a liderança do MJT anulou a possibilidade de defender os agricultores sem terra.

Apesar de a liderança do MJT ter optado por uma abordagem mais moderada, os pedidos de ação direta continuaram. Na assembleia geral seguinte, um grupo de agricultores apresentou uma moção para antecipar a reunião marcada com Itaipu a 8 de maio e invadir o local da construção já no dia 1º de maio, para coincidir com o Dia do Trabalhador.[130] A persistência dessa postura mais radical mostra que muitos no campo ainda esperavam dobrar Itaipu. De acordo com o *Jornal do Brasil*, a liderança do MJT teve dificuldade dessa vez para manter uma sensação de calma entre os agricultores frustrados.[131] Naquela mesma semana, Juvêncio Mazzarollo escreveu um artigo no *Nosso Tempo* declarando que "as autoridades de Itaipu e do Governo devem se convencer de que qualquer ato de violência partido dos desapropriados (se não forem atendidos) será perfeitamente merecido e plenamente justificável".[132] Apesar desta continuada corrente contrária, a proposta de invadir a sede de Itaipu nunca obteve maioria na assembleia geral, e o ímpeto gerado por ela decaiu nos dias seguintes.

Quase dois meses após o início do acampamento, parecia que a estratégia de protestos pacíficos do MJT e as tentativas de negociação tinham atingido seus limites. Esse sentimento de ansiedade foi agravado pelo fato de que mais de 30% das desapropriações da região ainda não haviam sido realizadas.[133] Em um clima de incerteza, as apostas eram muito altas para a reunião de 8 de maio. Os líderes do MJT esperavam se encontrar pessoalmente com Cunha, mas o departamento jurídico de Itaipu apresentou-lhes uma declaração previamente preparada descrevendo um conjunto de condições quase idênticas às estabelecidas dez dias antes em

[130] Mazzarollo, **A taipa da injustiça**, 114.
[131] "Itaipu eleva preço de terras em 30% e colonos aceitam", **Jornal do Brasil**, 29 de abril de 1981.
[132] "Quando a violência se justifica", **Nosso Tempo**, 6 de maio de 1981, 2.
[133] "Enfim, Itaipu negociará com agricultores", **Nosso Tempo**, 6 de maio de 1981, 5.

Curitiba.[134] Como já tinha feito anteriormente, Itaipu ofereceu um aumento de 30% para terras de primeira classe. Os representantes do MJT retornaram ao acampamento para decidir seu próximo passo. Os líderes enfatizaram que, embora o movimento não pudesse afirmar que dobrou completamente Itaipu, eles obtiveram quase 80% de suas demandas durante os cinquenta e quatro dias de manifestação e "a situação agora era significativamente melhor à do início do acampamento".[135]

Na manhã seguinte, os agricultores realizaram uma assembleia geral de sete horas sobre a aceitação ou não da proposta de Itaipu. No final, vinte e quatro grupos (cada um representando uma região ou comunidade diferente) votaram decidindo aprovar a oferta e encerrar o acampamento. Apenas três grupos queriam manter o protesto.[136] Embora as evidências disponíveis não esclareçam a composição dos três grupos dissidentes, o contexto sugere que eram os sem-terra. Com essa decisão, os agricultores concordaram em desmobilizar o acampamento no dia seguinte. Antes de terminar a assembleia, o MJT elaborou um documento final que narrava a história do acampamento de dois meses e incluía uma lista de doze vitórias. Isso incluía os dois reajustes de preço de Itaipu (produzindo um aumento líquido de 62%) e a promessa de que as indenizações pela terra seriam feitas imediatamente, sendo dada prioridade àqueles que participaram do acampamento. O documento terminava com uma declaração: "Esta foi uma etapa. Estaremos sempre prontos para repetir nossos protestos sempre que a isso formos forçados por Itaipu e pelo Governo... O Movimento Justiça e Terra continua. Ele só acabará com o último agricultor indenizado. Agricultor unido e organizado jamais será vencido. O preço da paz: justiça e terra!".[137]

A cobertura da imprensa mostrou-se muito favorável aos agricultores. Revelando até que ponto a opinião pública se posicionou do lado do MJT, os jornais relataram o acordo final com manchetes como "Dobrando o *Leviathan*" e "Em Itaipu, a união faz a força".[138] As organizações que haviam prestado apoio durante toda a luta dos agricultores também celebraram

[134] Mazzarollo, **A taipa da injustiça**, 114.
[135] Germani, **Expropriados terra e água**, 167.
[136] "Agricultores aceitam proposta da Itaipu", **Gazeta do Povo**, 10 de maio de 1981, 39.
[137] "O documento final", **Nosso Tempo**, 13 de maio de 1981, 6.
[138] "Dobrando o Leviathan", **O Estado do Paraná**, 12 de maio de 1981; e "Em Itaipu, a união faz a força", *Gazeta do Povo*, 11 de maio de 1981.

as vitórias do MJT. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP) emitiu uma nota declarando: "Esta mobilização dos trabalhadores unidos e organizados, junto aos sindicatos e outras entidades, tornou evidente e concreto... que somente com a participação de todos será possível promover a justiça social".[139] Apesar desse elogio público, o movimento dos agricultores teve um impacto muito mais complicado para os envolvidos no protesto. Após o final da assembleia geral, o *Nosso Tempo* coletou declarações que refletiam uma vasta gama de percepções sobre o resultado do acampamento.

> — Claudio Pizzato, advogado do Movimento: "O sucesso foi parcial. Conseguimos 70 a 80 por cento do que buscamos quando viemos acampar. O povo mostrou que sabe lutar por seus direitos. [As conquistas justificam a desmobilização?] Sim, porque esgotamos todos os meios pacíficos. Para irmos além do que conquistamos talvez teríamos que partir para a violência, o que não é a proposição que fazemos".
> — Fidelcino Tolentino, deputado estadual pelo PMDB de Cascavel: "Mostrou que Itaipu trata os problemas de forma militar e paramilitar... Para eles tudo é guerra, onde o elemento perigoso é o povo se mobilizando".
> — Werner Fuchs, pastor evangélico, líder do Movimento na condição de secretário regional da CPT: "Nas circunstâncias em que lutamos, as vitórias são muito expressivas. Itaipu se reforçou muito junto ao Governo, enquanto os agricultores não conseguiram tal proteção. O movimento serviu de escola para outros movimentos que surgirem".
> — Osvino Murfp, agricultor, membro da Comissão de Negociação: "Não estava na hora de ir para casa ainda, não. Tínhamos que aguentar mais uns seis meses. A maioria decidiu ir embora e eu não ficaria aqui sozinho. Mas não estou me sentindo muito bem indo embora".[140]

Estas opiniões expõem as realidades multifacetadas e muitas vezes contraditórias do que ocorreu no MJT. Como é evidente nas três primeiras citações, o movimento ganhou uma parte substancial de suas demandas oficiais e forçou uma poderosa empresa estatal a ceder, pelo menos parcialmente, às pressões da luta popular. O MJT atraiu o apoio de líderes da oposição e mostrou formas locais de resistência que se expandiram em ideias mais amplas de democratização. O MJT também confrontou as forças armadas do Brasil e emergiu relativamente incólume de um impasse de dois meses. No início dos anos 80, os proponentes da abertura oficial anteciparam que a transição política controlada do Brasil seria, ao final, bem-sucedida. Para brasileiros que não pertenciam a nenhuma elite, como os do oeste do Paraná, no entanto,

[139] Arquivo da FETAEP, Curitiba, "Mensagem aos agricultores expropriados pela hidroelétrica Itaipu", 8 de maio de 1981.
[140] "O documento final", **Nosso Tempo**, 13 de maio de 1981, 6-7.

ainda não estava clara a forma exata que a abertura teria. No seu confronto com um importante ramo da ditadura, os agricultores do MJT propuseram uma visão alternativa dos direitos democráticos. Como vimos nos comentários acima, essas lutas populares pela democracia estavam começando a dar frutos.

Apesar dessas implicações mais amplas, o comentário de um agricultor desencantado de que "não estou me sentindo muito bem indo embora" provoca uma reflexão mais profunda sobre o MJT. Quando o movimento votou aceitando a proposta de Itaipu e decidindo levantar o acampamento, muitos agricultores e camponeses foram deixados de lado. Para os sem-terra, que não possuíam nenhum direito à propriedade, a concessão de um aumento da compensação não oferecia vitória alguma. Enquanto os agricultores podiam comemorar sua vitória e começar a procurar novas terras para comprar, seus vizinhos sem terra — além da experiência política de protestos em massa — não tinham ganhado quase nada.

As divisões entre os agricultores com terra e os sem-terra destacam tensões internas inerentes aos movimentos sociais e ilustram como as lutas populares podem reproduzir algumas das hierarquias que elas mesmos contestam. Como todas as lutas populares, o MJT foi uma coalizão diversificada, organizada em torno da percepção de objetivos comuns e de um inimigo em comum. Quando as demandas de parte de seus membros foram atingidas, os laços que mantinham a aliança unida começaram a se desfazer. No final, os agricultores com terra e seus aliados controlaram a maior parte da campanha e conseguiram enquadrar suas demandas dentro do sistema existente de posse da terra e direitos de propriedade. Essa estratégia impedia qualquer ganho concreto para os agricultores sem terra no âmbito de suas classes. Isso não sugere que a liderança traiu o movimento ou que Itaipu ou o governo manipularam os líderes do MJT. Muito ao contrário, pois o desejo de mudanças mais profundas nunca fora adotado como uma demanda central. Os agricultores que possuíam maior influência procuraram uma compensação maior por suas propriedades inundadas e, para seu crédito, alcançaram muitos de seus objetivos.

O fato de tantos agricultores sem terra participarem de um movimento que raramente defenderia seus direitos nos faz perceber as complexidades da mobilização rural no Brasil. Para os trabalhadores sem terra do Paraná, no início dos anos 80 o MJT representava a melhor chance, naquele momento específico, de superar um conjunto particular de desigualdades. Os agricultores com terra nunca priorizaram as necessidades dos sem-terra porque não havia a

pretensão de alterar fundamentalmente as relações agrárias no Brasil. Para os agricultores sem terra incapazes de influenciar a direção do movimento, sua experiência no MJT deve ter sido vexatória. Como veremos, muitos sem-terra que ficaram na região logo usaram essa frustração e aproveitaram o aprendizado para formar um movimento independente baseado apenas em suas próprias reivindicações.

Ao se considerar como o MJT progrediu ao longo do tempo e que estratégias foram implementadas ou não, percebe-se que a luta em Itaipu também reflete como os movimentos sociais mudam suas alianças constantemente, podendo alienar seus próprios membros. Depois de perseverar sob duas décadas de ditadura — e depois de enfrentar outras formas de repressão antes do governo militar —, muitos no MJT esperavam usar táticas mais radicais para lutar por uma realidade política e social diferente. Como as forças de oposição em todo o país se mobilizaram em torno de ideias de democratização, os rumos da participação política e do protesto popular começaram a mudar drasticamente.

Um dos melhores exemplos dessas mudanças vem de um artigo escrito pelo jornalista Juvêncio Mazzarollo após o acampamento de Foz do Iguaçu. O ensaio — que, como veremos mais adiante, resultou na sua prisão — reflete sobre os limites dos protestos "aceitáveis" e prenuncia o movimento mais radical dos trabalhadores sem terra:

Em nome da paz são detidos muitos avanços por um simples equívoco na medida em que se confunde radicalização com violência. Em primeiro lugar, sabe-se que um movimento como este pouco teve de pacífico. Foi um verdadeiro ato de guerra, apesar de desarmado. A paz e a não-violência não terminam apenas no momento em que se pega em armas ou o sangue começa a ser derramado... A marcha, o acampamento, os manifestos enérgicos, tudo é manifestação violenta e nada pacífica. Então, por que somente atitudes mais radicais passariam à categoria de violentas nos conceitos do movimento?[141]

[141] "Pouca justiça e pouca terra", **Nosso Tempo**, 20 de maio de 1981, 18.

Abertura de Quem? A Inundação de Itaipu e as Eleições de 1982

Somente uma semana após o fim do acampamento em Foz do Iguaçu, o INCRA pôs um primeiro grupo de agricultores do oeste do Paraná num ônibus para uma jornada de uma semana com destino aos projetos de reassentamento na Bahia. *O Estado de S. Paulo* relatou que todas as sessenta e nove famílias eram constituídas de parceiros, e a maioria vinha do Nordeste.[142] Isso mostra que os agricultores sem terra e de pele mais escura foram os primeiros a serem enviados para longe de suas casas que logo seriam inundadas. Nos meses seguintes, o INCRA realocou centenas de famílias em todas as partes do Brasil.

Os agricultores que permaneceram na região enfrentaram a realidade de que, apesar das vitórias conquistadas no acampamento de protesto, muito pouco havia mudado. Ressurgiram muitos dos mesmos problemas que persistiam por anos, incluindo pagamentos em atraso e uma recusa a indenizar por linhas elétricas e outros investimentos, conforme prometido.[143] Até o final de agosto, mais de mil famílias (de um total original de seis mil) ainda aguardavam pagamento. Em protesto, algumas centenas de agricultores fizeram uma manifestação no local do acampamento original em Santa Helena.[144]

Como aconteceu nas duas vezes anteriores, Itaipu adiou o prazo para concluir todas as desapropriações, dessa vez por mais cinco meses. Ao fazê-lo, pôde empurrar o processamento dos contratos remanescentes até o mais tarde possível, quando faltavam apenas algumas semanas para a inundação. Um dos aliados mais fiéis dos agricultores, a FETAEP, realizou no final de junho uma pesquisa com as famílias que aguardavam desapropriação. Os resultados indicam o tipo de agricultor posicionado no final da lista de prioridades de Itaipu. De acordo com a pesquisa da FETAEP, a média das pessoas restantes na zona de inundação tinha quarenta anos, morava na região há menos de cinco e vivia em apenas cinco alqueires de terra. Além disso, quase 30% dos que participaram da pesquisa eram originários do Centro e do Norte do Brasil.[145] Esses dados mostram claramente o perfil dos agricultores sem terra da região. Uma

[142] "Itaipu: INCRA inicia remoção dos colonos", **O Estado de S. Paulo**, 17 de maio de 1981, 25.
[143] AN-RJ, SNI Relatório nº 0229/117/ACT/81, 21 de julho de 1981.
[144] "Expropriados de Itaipu fazem passeata de protesto", **Folha de Londrina**, 25 de agosto de 1981, 1.
[145] Arquivo da FETAEP, Curitiba, censo de agricultores aguardando expropriação, 28 de junho de 1982. O censo incluiu noventa e cinco entrevistados.

carta de três camponeses parceiros para o Secretário estadual de segurança pública reflete a precariedade de sua situação. Os três homens escreveram: "Após inúmeras promessas de reassentamento não cumpridas, estamos sendo agora ameaçados, inclusive de morte, se não desocuparmos o imóvel dentro do prazo estabelecido. Se não saímos até agora é porque simplesmente não temos aonde ir". A carta terminava implorando que o secretário tomasse medidas: "Confiamos que Vossa Excelência não deixará que aconteça derramamento de sangue e que nos atenderá, procurando evitar que a violência ocorra mais uma vez neste mundo tão conturbado".[146]

Para acelerar os casos finais de desapropriação com o mínimo de resistência possível, Itaipu supervisionou outra rodada de campanhas de relações públicas. A manchete de um artigo da *Gazeta do Povo* declarava em meados de agosto: "Desapropriação em Itaipu é concluída", apesar de, ainda em outubro, os casos de mais de cem famílias permanecessem pendentes.[147] Itaipu também visava fortalecer sua imagem global, como mostra um artigo publicado em outubro no *New York Times*. Sob o título "O Brasil cria um lago, cuidando dos homens e animais", a reportagem celebrava o tratamento respeitoso às paisagens locais, escrevendo, por exemplo, que "os planejadores de Itaipu evacuaram 42.000 pessoas, [e até] realocaram cemitérios caixão por caixão".[148] Em nível interno, Itaipu também empregou várias estratégias para limpar a região de qualquer agricultor remanescente. Quando a Binacional mobilizou forças de segurança adicionais, enviou propositadamente homens que "têm famílias naquelas cidades, havendo, portanto, interesse pessoal" de evitar o conflito.[149] E, nas últimas semanas antes da inundação, Itaipu teria recorrido ao uso da força direta. Um relatório confidencial do SNI descrevia o caso de um camponês idoso que alegou que um funcionário de Itaipu e um membro da PM haviam destruído sua casa e seu celeiro e rasgado duzentos sacos de farinha — tudo em um esforço para fazê-lo abandonar sua terra.[150]

---

[146] CDIB, Carta ao coronel Haroldo Ferreira Dias, secretário estadual de segurança pública, de Adelino Schmengler, Silvino Odilo Kerber, e Odalio Francisco dos Santos, 22 de junho de 1982, 3359.1270-1271.
[147] "Desapropriação em Itaipu é concluída", *Gazeta do Povo*, 17 de agosto de 1982, 14. Os detalhes sobre quem ainda aguardava pagamento são de "Colonos ainda esperam indenização de Itaipu", **O Estado do Paraná**, 2 de outubro de 1982, 9.
[148] Warren Hoge, "Brazil Creates a Lake, with Care for Man and Beast", **New York Times**, 15 de outubro de 1982.
[149] CDIB, Memorando de Bruno Castro da Graça ao Supervisor de Recursos Humanos, I/AESI/ASF/058/82, 9 de agosto de 1982, 9193.1385-1387.
[150] AN-RJ, "Denúncia contra a Itaipu Binacional", SNI Relatório nº 08663/30/AC/82, 10 de dezembro de 1982.

Enquanto as comunidades finais lutavam para descobrir para onde iriam após a inundação, as cascatas das Sete Quedas (detalhadas no Capítulo 1) receberam muita atenção (Figura 8). Na esperança de ter um último vislumbre das cascatas, quarenta mil pessoas visitaram as Sete Quedas em seu último dia aberto ao público.[151] Um movimento ambiental popular chamado "Adeus Sete Quedas" reuniu artistas, ecologistas e ativistas para destacar como a inundação de Itaipu destruiria o *habitat* de milhares de diferentes espécies de mamíferos, aves, insetos e peixes, ao mesmo tempo em que iria submergir mais de duzentos sítios arqueológicos datados de oito mil anos atrás.[152] Carlos Drummond de Andrade, um dos mais célebres poetas brasileiros do século XX, escreveu uma elegia para as cascatas cujo final dizia:

> Sete quedas por nós passaram,
> E não soubemos, ah, não soubemos amá-las,
> E todas sete foram mortas,
> E todas sete somem no ar,
> Sete fantasmas, sete crimes
> Dos vivos golpeando a vida
> Que nunca mais renascerá.[153]

Nas últimas semanas antes da inundação, as famílias restantes finalmente receberam o dinheiro da desapropriação e deixaram a área. O que havia sido até recentemente um animado centro agrícola estava agora desolado; postos de gasolina abandonados, cemitérios, igrejas e prédios semiabandonados marcavam a paisagem. Um jornalista escreveu que se tem "a impressão de que a região sofreu um bombardeio aéreo e os moradores das pequenas cidades fugiram apressadamente".[154] *O Estado de S. Paulo* publicou um especial de cinco páginas intitulado "Os últimos e tristes dias em Itaipu", que descrevia a região sombria e o desgosto daqueles forçados a partir. Dentre os muitos habitantes citados no artigo estava Alvin Wuzke, que vivia na cidade de Porto Mendes há quase duas décadas: "Itaipu sempre disse que não queria deixar ninguém em má situação, mas deixou. Eu preciso viver, mas de que jeito agora?".[155]

---

[151] "No último dia de visita a Sete Quedas, 40 mil pessoas formam fila de 1 km", **O Globo**, 20 de setembro de 1982, 5.
[152] CDPH, "Adeus Sete Quedas", cartaz, 1982.
[153] Carlos Drummond de Andrade, "Adeus Sete Quedas", 1982, publicado originalmente no **Jornal do Brasil**, Seção B, 9 de setembro de 1982.
[154] "Os últimos a deixar a região devastada", **O Globo**, 10 de outubro de 1982.
[155] Citado em "Os últimos e tristes dias em Itaipu", **O Estado de S. Paulo**,1º de outubro de 1982, 1-5.

A inundação de Itaipu começou em 13 de outubro de 1982. Durante catorze dias, vinte e nove bilhões de metros cúbicos de água formaram um lago que cobria 1.350 quilômetros quadrados de terras brasileiras e paraguaias (Figura 3.9). A inundação havia sido originalmente planejada para durar noventa dias, mas as chuvas fortes nas semanas anteriores haviam inchado o Rio Paraná. A velocidade da inundação de Itaipu, mesmo que tivesse levado os três meses completos, pode ser vista como uma indicação de quão monumental era a hidrelétrica para a autoimagem do regime militar e suas aspirações de prestígio global. Em comparação, a represa do Lago Powell nos Estados Unidos encheu seu reservatório ao longo de dezessete anos (1963 a 1980) e a usina das Três Gargantas, na China — que substituiria Itaipu como a maior do mundo —, demandou quase cinco anos (2003 a 2008) para que seu reservatório atingisse capacidade máxima. Em contrapartida, a inundação de Itaipu foi concluída num breve piscar de olhos. No espaço de catorze dias desapareceu uma paisagem de exuberantes terras agrícolas que sustentavam milhares de famílias, agora encharcada e abandonada no fundo do reservatório.

Figuras 8 e 9: A inundação de Itaipu. Esquerda: O Salto de Guaíra em dezembro 1978. Direita: As quedas no processo de submersão durante a inundação, outubro de 1982.

Fonte: Cortesia de Mario Cesar Mendonça Gomes.

Uma semana após a inundação, os governos do Brasil e do Paraguai realizaram uma inauguração do seu tão anunciado Projeto do Século. Mais de quinhentos jornalistas, incluindo

quase duzentos repórteres estrangeiros, participaram.[156] Muitas fases da construção ainda continuavam, e a hidrelétrica não começaria a produzir energia até 1984; contudo, a inundação do reservatório foi uma conquista colossal. Não apenas a Itaipu Binacional produziu o maior lago artificial do planeta, como, ao aproveitar e redirecionar uma porção considerável do sétimo rio mais longo do mundo, completou com sucesso o aspecto mais desafiador da construção da represa. Tendo superado todo tipo de obstáculos diplomáticos, sociais e ambientais durante os vinte anos anteriores, os líderes de ambos os países podiam agora se regozijar.

O presidente João Baptista Figueiredo comemorou Itaipu como uma "projeção continental. Na presente atmosfera de crise e pessimismo... um ato como o de hoje tem o sentido de reafirmar a confiança no valor do esforço humano". Ao apontar a crise econômica que assolou a maior parte do Cone Sul no início dos anos 80, e também a agitação política que se desenrolava internamente no Brasil, Figueiredo exibiu Itaipu como prova da capacidade de seu governo de liderar o país. Alfredo Stroessner, do Paraguai, disse num tom similar que Itaipu "não será somente o maior aproveitamento hidrelétrico do mundo, um gigantesco monumento material de concreto e aço. Será uma maravilhosa fortaleza moral, perene símbolo de união, convivência e fraternidade".[157] Nenhum dos líderes mencionou os sacrifícios feitos pelas populações locais. Para dezenas de milhares de pessoas, em ambos os lados da fronteira Brasil-Paraguai, o lago de Itaipu representava nada mais que a sepultura aquática de suas vidas anteriores.

Um dos marcos políticos mais importantes da abertura ocorreu um mês após a inundação. Em 15 de novembro de 1982, o Brasil realizou suas primeiras eleições diretas desde 1965.[158] Todos os partidos legalmente registrados podiam apresentar candidatos a câmara municipal, prefeito, assembleia estadual, governador, Congresso e Senado.[159] Embora a eleição não tenha incluído a presidência, ainda assim marcou uma fase decisiva do retorno oficial ao regime democrático. Mais de quarenta e oito milhões de brasileiros foram às urnas, uma

[156] "Usina atrai imprensa do mundo desenvolvido", **O Estado de S. Paulo**, 6 de novembro de 1982, 14.
[157] Ambos discursos reproduzidos em CDIB, "Relatório Anual, 1982", Itaipu Binacional, 126-132.
[158] Durante o regime militar, as eleições para senadores e deputados federais foram realizadas em 1966, 1970, 1974 e 1978. Para um relato completo das eleições de 1982, consulte Fleischer, **Da distensão à abertura**.
[159] Os partidos legalmente reconhecidos precisavam ter formado diretorias em 20% dos municípios.

participação eleitoral de aproximadamente 83%.[160] Tão importante quanto a participação eleitoral foram os próprios resultados: o partido de oposição PMDB obteve 43% do total de votos. Sem dúvida, o resultado mais simbólico veio da eleição de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro. Alfred C. Stepan afirma que a vitória de Brizola "representou uma nova etapa na evolução da oposição".[161] Na manhã seguinte à eleição, uma matéria na *Folha de S. Paulo* celebrava "a democracia vitoriosa", dizendo que "o dia 15 de novembro se encerrou, antes mesmo da abertura das urnas, com um saldo francamente favorável à construção da democracia brasileira".[162] A história de Itaipu também ressoou nas eleições de 1982, com dois simpatizantes declarados do movimento camponês ganhando importantes eleições estaduais. Com quase 60% dos votos, o governo do Paraná ficou com o candidato José Richa, do PMDB, que uma semana após o início do acampamento de Foz do Iguaçu fizera um discurso no Senado denunciando Itaipu e os militares.[163] Além disso, Álvaro Dias, um dos aliados políticos mais constantes do MJT, ganhou uma vaga no Senado com mais de 58% dos votos, vencendo facilmente o governador de então, Ney Braga.[164]

A inundação e as eleições de 1982 constituem um exemplo simbólico do retorno desigual do Brasil à democracia. A celebração da construção de Itaipu apagou as severas dificuldades das comunidades locais em sua luta contra o projeto faraônico. E enquanto as eleições de 1982 marcaram um passo importante para a democratização, para muitos brasileiros a promessa de abertura e de um retorno pleno dos direitos democráticos continuou sendo algo distante. Os militares não cederam o poder até 1985, e mesmo assim foi só em 1989 que o Brasil teve um presidente eleito democraticamente.[165] Como em muitas regiões do país, o oeste do Paraná experimentou um processo de democratização definido não pelas políticas de elite, mas pelas várias micro-histórias de sua população. Os eventos em Foz do Iguaçu — uma importante cidade fronteiriça e local da hidrelétrica de Itaipu — mostram como as realidades locais muitas vezes

[160] Nohlen, **Elections in the Americas**, 175.
[161] Stepan, **Rethinking Military Politics**, 63.
[162] "A democracia vitoriosa", **Folha de S. Paulo**, 16 de novembro de 1982, 2.
[163] Biblioteca do Senado Federal, Brasília, José Richa, "Fuzis, a melhor maneira de calar os colonos do Paraná?", Discurso, 26 de março de 1981.
[164] "Resultados finais nas prefeituras", **Diário do Paraná**, 21 de novembro de 1982, 3.
[165] Como parte da transição negociada pelas forças armadas, Tancredo Neves foi eleito presidente de forma indireta em 1985. No entanto, Neves morreu logo após sua posse e foi substituído por José Sarney, o vice-presidente. Em 1989, Fernando Collor de Mello se tornou o primeiro presidente eleito diretamente pela população geral.

divergiam dos supostos avanços da abertura quando vistos de cima. Dezenas de agricultores deslocados tinham se mudado para Foz do Iguaçu em busca de emprego e de uma nova vida após a inundação, mas a permanente classificação da cidade como zona de segurança nacional impedia seus habitantes de elegerem candidatos locais. Essa marginalização contínua oferece mais uma prova do caráter desigual da transição do Brasil: depois de sofrer com o processo de deslocamento, muitos viviam agora em uma cidade que não tinha os mesmos direitos políticos que estavam reemergindo em outros lugares do Brasil. Os traumas causados por Itaipu não terminaram após a inundação. Como as histórias de resistência e repressão no campo tinham se formado muito antes da usina de Itaipu ou da ditadura que a construiu, a inundação não foi tanto uma ruptura, mas uma união de forças. Em consequência, essas questões persistiriam por muito tempo depois.

Recebido em: 10 nov. 2023.
Aceito em: 20 nov. 2023.